

tempo
e

presença

publicação mensal do CEDI

número 153

agosto
setembro de 1979



Populações Indígenas aquelas que devem viver

Depois de 500 Anos de Resistência ao Exterminio, a mais grave ameaça à sobrevivência dos Povos Indígenas: o Capitalismo Selvagem

Entrevista exclusiva com D. José Gomes, novo Presidente do CIMI
Pastoral Luterana sobre situações das populações indígenas
Bíblia Hoje: um estudo de Carlos Mesters sobre o Apocalipse

Editorial

Fez-se noite para toda alegria foi banido da Terra o prazer



Esta pequena sentença do profeta resume o que se abateu sobre nós nestes últimos anos e que nos conduziu ao terror e ao medo. Muitas bocas ficaram costuradas e se enclausuraram para proteger e poupar suas vidas. Mas, um pequeno resto movido por um profundo sentimento humanitário enfrentou a noite escura e começou a gritar e a exigir a volta de tantos companheiros submetidos ao regime de exceção que criou exilados e banidos.

E muitos acordaram para a profundidade e a enormidade do gesto e ele está aí a exigir concretamente uma anistia que é, ao mesmo tempo, o reconhecimento do Estado de que a situação de violência, medo e arbitrariedade foi criada por ele mesmo.

Uma anistia ampla, geral e irrestrita é o mínimo que o regime pode fazer para abortar aquilo que ele mesmo pariu: o terror e o medo. O terror e o medo que invadiram lares, que silenciaram os que se levantavam contra as injustiças. O medo e o terror que criaram delatores que ascenderam na carreira à custa da prisão e morte de tantos. O terror e o medo que, em nome de uma segurança nacional, torturaram para arrancar confissões e obrigaram homens e mulheres a mentir para terem uma trégua nas suas dores e suplícios. O medo e o terror que desafiaram o limite da resistência humana e que, em seguida, mentiram sobre as mortes que causaram.

A nós, cristãos, cabe redimir nossa parcela nesta noite de exílios e banimentos. Sermos também perdão. Perdão manifesto através da justiça que exigimos e exigiremos a cada momento para a redenção deste terror e deste medo. Perdão feito denúncia dos que macularam a dignidade humana e deixaram cicatrizes profundas em brasileiros que, algumas vezes, buscaram a morte em terra estrangeira. Perdão feito memória para que este terror e medo sejam banidos da terra que nos propomos construir. Onde nossos irmãos sejam lembrados com a ternura que os fez acreditar na luta para um mundo mais humano e solidário. Uma memória que repita sempre, para as futuras gerações, os nomes dos desaparecidos, gravados nos nossos corações e vidas. Um perdão cujo monumento aos caídos não seja de pedra e cal mas sim de luta e resistência para construirmos um mundo onde seja impossível existir ditadores e torturadores que introjetam nos corpos e espíritos o terror e o medo.

"O QUE AS MÃOS DO HOMEM FIZEREM SER-LHE-Á RETRIBUÍDO" (Pv. 12,24) e devemos retribuir com nossa solidariedade e esperança, com a ruptura do nosso medo e covardia, com nossa voz e ouvido colocado à serviço dos que necessitam nosso apoio e fraternidade. E que esteja claro, em nós, a sentença do apóstolo: "SE ALGUÉM NÃO AMA, SEJA ANÁTEMA" (1 Cor 16,22). E hoje, nosso amor pelos que sofreram perseguição e morte por amor à justiça, é continuar a exigir, corajosamente e sem temor uma ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

tempo e **presença**

CENTRO ECUMÊNICO
DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÃO - CEDI

Diretor:
Domício Pereira de Matos
Redator responsável:
Paulo Cezar Loureiro Botas
Equipe de Redação:
Beatriz Araujo Martins, Celina Costa
Ribeiro, Claudio Araujo Nascimento,
Claudius Ceccon, Jether Pereira
Ramalho, Maria da Graça Floriano,
Virgílio Lourencetti Junior.
Coordenação e Planejamento visual:
Claudius Ceccon

Arte:
Sergio Reis
Assinatura anual Cr\$ 180,00
Remessa em cheque pagável no Rio,
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082 - ZC-01
20.000 - Rio de Janeiro - RJ
Publicação mensal
Registro de acordo com
a Lei de Imprensa



Populações Indígenas aquelas que devem viver

*Os Povos Indígenas não querem ser como o homem
dito civilizado – Eles reivindicam seu direito fundamental
de serem eles mesmos.*

Assim, de surpresa, talvez a maioria dos brasileiros de hoje, vivendo nas cidades, diriam que *não*. Quem sabe alguns por aí que se dizem índios, mas já perderam sua originalidade: estão fantasiados para vender artesanato, posar para cartão postal. Mas a verdade mesmo é que a maioria dos descendentes dos índios, pessoas que ainda tem algum sangue de índio nas veias, já está abrasileirada, acaboclada. Vestindo roupas, tomando cachaça, usando óculos escuros, rádio de pilha e até

gravador, os índios viraram crentes ou católicos romanos. Já são mansos, civilizaram-se.

Idéias como essas, raramente são questionadas. Nos últimos anos, milhares de notícias sobre índios são lidas por poucas pessoas nas páginas internas dos jornais diários e semanais. Os irmãos Vilas Boas, que viveram com os índios no Xingú, são a esperança do Brasil para o prêmio Nobel da Paz. De repente, irrompe em Brasília o cacique Mário Juruna, gravador em pu-

nho, exigindo promessas não cumpridas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Ministro do Interior. A novela *Aritana* na televisão apresenta uma caricatura de um índio e dá pouco Ibope.

E para provar que os índios estão mesmo progredindo, deixando de ser, vem o governo, no ano passado, e propõe que eles sejam emancipados. Que eles passem a ser considerados com brasileiros comuns, cidadãos iguais a nós. E alguém tem alguma coisa contra?



Após quase 500 anos de extermínio a população indígena passou de 2 milhões a 180 mil.

Quando Cabral chegou aqui, calcula-se, que os índios eram dois milhões e falavam cerca de 300 línguas diferentes. Aos poucos, vítimas das doenças trazidas pelos brancos, da escravização, das guerras justas, da cobiça pelas suas terras, das reduções, os povos indígenas foram desaparecendo. Esquecidos na memória oficial da história, não passam dos primeiros capítulos dos livros didáticos: os tupiniquins e os tupinambás, a rede, a mandioca, o milho...

Após quase 500 anos de *extermínio* — de 230 povos indígenas registrados por Darci Ribeiro para o ano de 1900, 87 estavam extintos em 1957 — e de *exploração* existem hoje no Brasil, sobrevivendo e resistindo, dezenas de *nações* indígenas totalizando cerca de 180 mil índios, falando mais de 100 línguas diferentes.

Espalhados por todo o território nacional, a maioria dos povos indígenas de hoje vivem na região da chamada Amazônia legal. Suas condições de vida variam muito: não só porque cada povo tem sua língua própria, seus costumes, seu modo de ser,

tão marcados pelas doenças venéreas, pela fome, pelas transferências forçadas do seu território, a ser invadido pelas águas da represa de Tucuruí em 1983.

. Os KAIAPÓ-XIKRIN, no sul do Pará, recentemente agredidos pela invasão dos grandes fazendeiros do Sul.

. Os DENI, no vale do Rio Juruá (AM), vitimados por um surto de tuberculose que já fez 85 mortes não reconhecidas pela FUNAI.

. Os SURUI, na Rondônia, de contato recente e trágico, o suficiente para aniquilar a maioria dos seus, já tem o território demarcado, porém invadido por cerca de 200 famílias de colonos sem terra.

. Os GUAJÁ, ao norte do Pará, fugindo ao contato, acossados, chegaram a ser caçados com espingardas por trabalhadores de uma frente extrativista.



como também porque o tipo de relação que mantém com a sociedade nacional brasileira apresenta diferenças. Ou seja, ao invés do índio ou dos índios em geral existe:

. A nação YANOMANI, em Roraima, ameaçada pelas frentes mineradoras da Cia. Vale do Rio Doce.

. Os PARAKANÃ, no Pará, vítimas da rodovia Transamazônica e da ação da FUNAI, após poucos anos de contato já es-

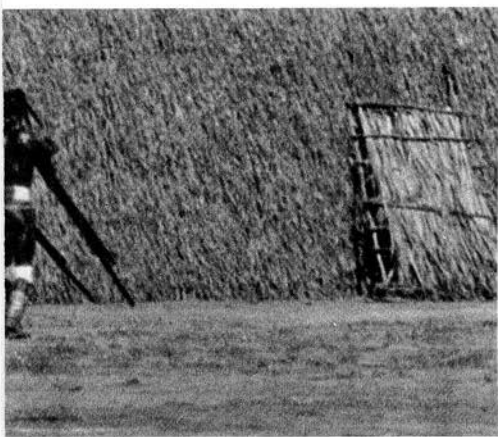


. Os KARARAO, também do Pará, contratados há poucos anos atrás por funcionários da FUNAI. Nesta ocasião cinegrafistas registraram o discurso do chefe KARARAO convidando aqueles funcionários a visitar a aldeia, a caçar e comer juntos, esperando um tempo de paz e amizade duradoura. No mês passado os





O Direito à autodeterminação dos povos indígenas tem sido violentado pelo crescimento econômico acelerado.



últimos 5 remanescentes deste povo foram transferidos para uma outra reserva indígena.

Há vários outros exemplos deste tipo. Como também, sinais recentes de resistência de autodefesa ativa:

Os GUATÓ dados como extintos em 1957, foram reencontrados no ano passado, ainda às margens do Rio Paraguai, cerca de 200 e ainda falando a língua.

Os TUCANO e os MAKU no Alto Rio Negro (AM) resistindo há quase 100 anos ao seqüestro cultural dos internatos de missionários salesianos.

Os PATAXÓ, do Monte Pascoal, no litoral da Bahia, depois de perderem até sua língua, tentam fortalecer sua identidade enviando seus jovens para aprender outra língua indígena.

bosa para recuperar a integridade do seu território.

Os KAINGANG, no Rio Grande do Sul e Paraná, cansados de esperar, expulsam de suas terras os colonos intrusos.

Os GUARANI, em Itanhaem, no litoral paulista, que vieram em busca da terra-sem-males, acabam de destruir uma pequena fábrica de aguardente encravada nas suas terras.

Os exemplos citados mostram que a sobrevivência dos povos indígenas está ameaçada, que há resistência. Apontam situações trágicas e esperanças. Mesmo na região sul do país, onde o progresso e o desenvolvimento do capitalismo chegaram mais fundo, tomando conta de tudo, povos indígenas reafirmam a sua identidade. Uma identidade transformada, em movimento. Não querem ser iguais a nós. Reclamam o direito fundamental de serem eles mesmos.



Os GUAJAJARA, no Maranhão, em luta aberta para recuperar as terras do Alto Alegre que lhes foram tomadas pelos missionários capuchinhos e posseiros.

Os XAVANTE, no Mato Grosso, expulsam os fazendeiros em Pimentel Bar-

"VÍTIMAS DO MILAGRE"

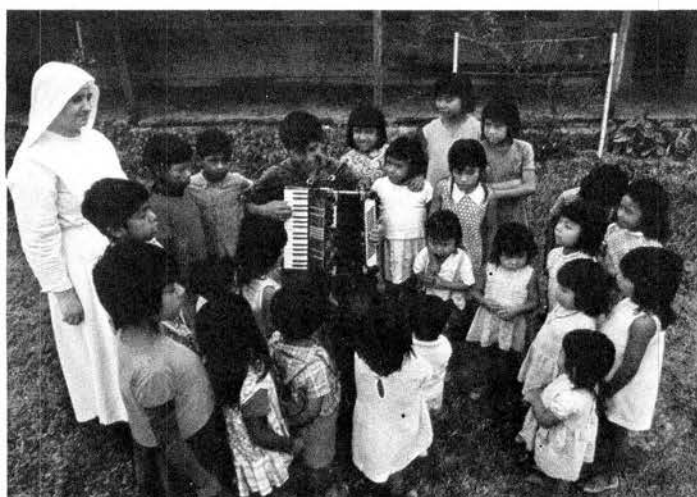
O direito à autodeterminação dos povos indígenas tem sido violentado, nos anos recentes, por dois surtos de crescimento econômico acelerado e seus efeitos sobre as áreas indígenas e a população pobre do campo brasileiro.

"Crescer 50 anos em 5" do governo Juscelino Kubistchek (1956/60) e o "Mi-



*“Depois do Vaticano II . . .
Não é possível pensar em entrar
nas Aldeias e fazer proselitismo.”*

D. José Gomes





“O Branco já rouba a nossa Terra. Agora não quer deixar A gente ter o céu”

Aniceto, Xavante, chefe da Aldeia S. Marcos

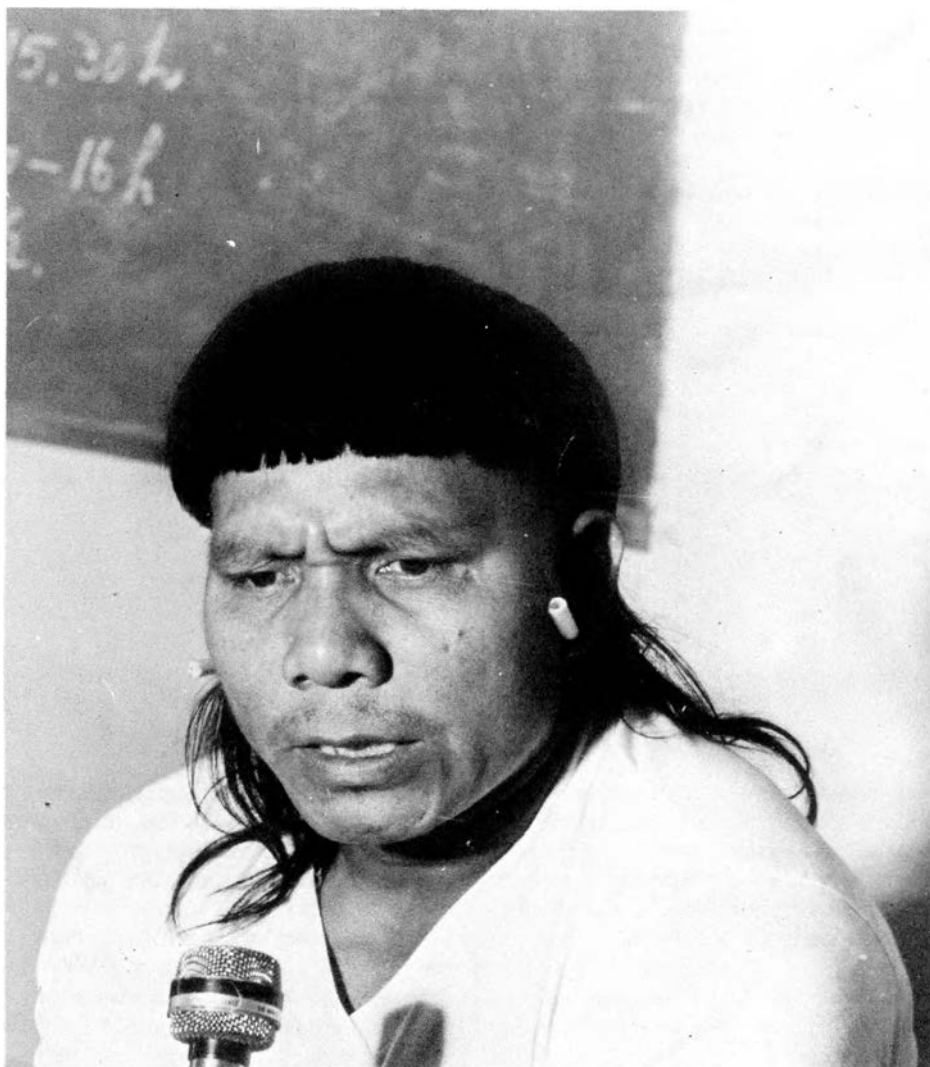
lagre brasileiro” (1968/73) apresentaram altas taxas de crescimento econômico e o empobrecimento da maioria da população; grande entrada de capitais estrangeiros e a repressão política para manter a classe trabalhadora em ordem; grande concentração de capital no pólo urbano-industrial, o crescimento dos latifúndios e a proletarianização no campo e marginalização nas cidades. “Segurança e desenvolvimento”. O Estado garantindo “a paz social” e a infra-estrutura (por exemplo estradas, hidrelétricas, projetos de colonização, levantamentos aerofotogramétricos, etc.) para a realização dos grandes grupos econômicos.

Com esse modelo econômico-político, o fôlego e a fúria concentrados pelos grandes grupos econômicos, alastraram-se pelas fronteiras internas do país:

. racionalizando e intensificando a produção nas áreas já ocupadas. Um exemplo disso são as culturas mecanizadas de soja e de trigo, organizadas em grandes cooperativas de proprietários, do Rio Grande ao Mato Grosso do Sul, asfixiando os pequenos proprietários, expulsando colonos, explorando os índios como mão-de-obra barata.

. a incorporação de novas áreas, levou à Amazônia os “paulistas” e os “gaúchos” os quais compraram, em terras, somente entre 1967/72, o equivalente a duas vezes e meia o tamanho do Estado de São Paulo: 800 mil quilômetros quadrados no Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Rondônia, Acre, sul do Pará e Roraima. Terras na sua maioria ainda improdutivas, estocadas para a especulação. Um verdadeiro cinturão em torno da bacia amazônica, terras de índios e posseiros, provocando conflitos quase diários, transferências forçadas de populações, trabalho “escravo”, devastação, etc. Na expressão corrente: capitalismo selvagem.

Neste contexto mais amplo, os povos indígenas tentam sobreviver tutelados pela FUNAI (com sede em Brasília, subordinada ao Ministério do Interior, e 12



delegacias regionais e 175 postos indígenas) e assistidos por 53 organizações missionárias, das quais 21 são católicas e 32 protestantes.

MEMÓRIA, REMORSO E COMPROMISSO

A renovação missionária católica tem um marco teológico-pastoral no Concílio Vaticano II (1965). A Doutrina tradicional “fora da Igreja não há salvação”,

“ide e batizai” e “sacramentalização *ex opere operato*” cedeu lugar a princípios renovadores: respeito aos povos *diferentes* e aos seus direitos e especialmente o reconhecimento de sua vida religiosa.

O nível pastoral latino-americano o IIº CELAM, em Medellín (1968) acrescenta à noção de “povos diferentes” a realidade dos índios como marginalizados. Na prática, estes novos horizontes tiveram, inicialmente, poucos adeptos.

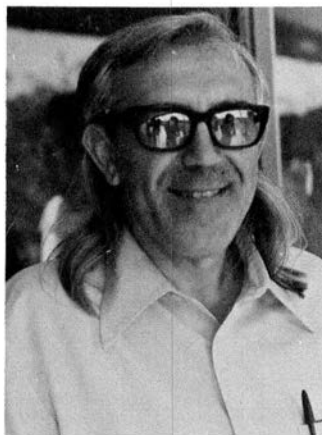


No Brasil, o movimento de renovação tem na divulgação do documento Y-JUCA-PIRAMA: O ÍNDIO, AQUELE QUE DEVE MORRER (1973) seu marco teológico-político. Depois de denunciar a sorte das populações indígenas e sua relação com a situação sócio-econômica e política do Brasil atual, o grupo de bispos e missionários que fizeram o documento reconhecem que continuar os velhos métodos de catequese seria distribuir ainda mais para a desagregação, marginalização, destruição e morte do que resta dos povos indígenas no Brasil. "Não trabalhamos por uma causa perdida, porque se trata de uma causa profundamente humana, pela qual vale a pena até morrer, se preciso for. . . Não aceitaremos ser

apenas transformá-los em mão-de-obra barata avolumando ainda mais as classes marginalizadas que, no funcionamento do sistema de produção, enriquecem somente aos que já são ricos. . . O objetivo do nosso trabalho não será "civilizar" os índios". Depois de reconhecerem os valores fundamentais e próprios aos povos indígenas, afirmam que "o cristão só será sinal universal da salvação e revelador do amor do Pai do Céu. . . para os povos indígenas, se for uma presença respeitosa, paciente e esperançosa que possa perceber, assumir e revelar os legítimos valores desses povos em que se exprime a milenar ação de Deus em sua vida. Eis o que seria uma prática correta da continuidade da Encarnação de Cristo".

sorar e orientar os missionários que atuam nas bases, abriu um espaço onde, pouco a pouco, os protagonistas das novas experiências missionárias encarnadas foram ganhando terreno. Em julho de 1975, eles se expressaram na eleição de D. Tomás Balduino, bispo de Goiás, para a presidência do CIMI. Durante essa I^a Assembléia Missionária Indigenista, realizada em Goiânia, também se aprovou um documento final de linhas de ação para o CIMI, válidas até hoje:

- . apoiar decidida e eficazmente o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra;
- . reconhecer, respeitar e apoiar abertamente o direito que têm os povos indígenas de viver segundo sua cultura;



instrumentos do sistema capitalista brasileiro. Nada faremos em colaboração com aqueles que visam "atrair", "pacificar" e "acalmar" os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minérios ou outras riquezas. Ao contrário, tal procedimento será objeto de nossa denúncia corajosa ao lado dos próprios índios. Com eles, não aceitaremos um tipo de "integração" que venha

Nas bases, missionários e leigos fazem experiências localizadas, comprometidas com a *causa indígena*, buscando se situar no *imperativo da encarnação*: "só através de um processo de encarnação no seio dos povos indígenas, assumindo sua cultura, seu estilo de viver e de pensar, poderá ser demonstrada, de modo convincente, a transcendência do Evangelho, tão afirmada teoricamente e tão negada na prática, pelas imposições de um rígido legalismo" (Y-JUCA-PIRAMA, 1973).

Em abril de 1974 é realizada em Diamantino (MT) a primeira Assembléia Indígena, proposta e organizada pelo Conselho Indigenista Missionário. O CIMI, criado em 1972, com o objetivo de asses-

- . procurar devolver aos povos indígenas o direito a serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento;

- . por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas as suas conseqüências; superando as formas de etnocentrismo e colonialismo até o ponto de ser aceito como um deles.

Passados quatro anos, um balanço da prática efetiva do CIMI atesta sua presença marcante na luta em defesa das terras dos índios. Desde as denúncias pelos jornais e pelas conferências e debates proferidos nas universidades, pelos depoimentos prestados nas CPIs da Terra e do Índio, até a luta direta pela demarcação, como no caso das terras dos Bororo de Meruri, quando o Pe. Rodolfo Lukenbein e o índio Simão deram seu testemunho de



sangue diante das balas assassinas de João Mineiro e seus capangas. O CIMI apoiou e estimulou as atitudes dos Guarani e Kaingangs do Rio das Cobras e Nonoai, dos Xavantes de Pimentel Barbosa, dos Xokó-Kariri da Ilha de São Pedro, dos Guarani e Tupiniquim do Espírito Santo de recuperar suas terras pela força, já que os órgãos oficiais ignoraram seus apelos. Nesse sentido, há muita luta pela frente, uma vez que terminado o prazo legal para a demarcação total das terras indígenas pelo governo a 19.12.78, apenas um terço delas foram demarcadas.

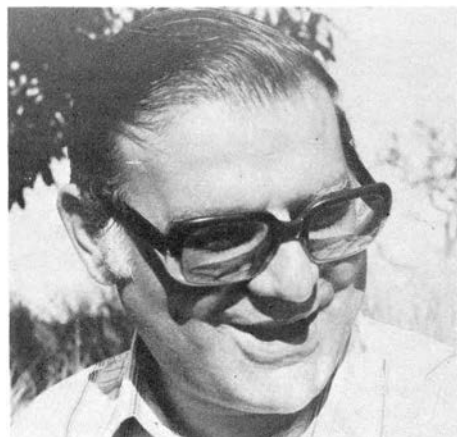
Durante esses anos todos de política de segredo, de medo, missionários do CIMI viajaram por todo o Brasil, levantando a situação em que se encontravam vários

A expressão simbólica mais forte, dessa caminhada de denúncias, de autocrítica e de encarnação, foi a realização da Missa da Terra-Sem-Males, poema-litúrgico escrito por D. Pedro Casaldáliga (bispo de S. Félix do Araguaia) e Pedro Tierra, com música de Martin Coplas. Promovida pela Arquidiocese de São Paulo, pelo CIMI e pela Comissão Pró-Índio/SP, essa celebração reuniu mais de cinco mil pessoas na Catedral da Sé, no último dia 22 de abril.

A caminhada do CIMI se encontra, atualmente, diante de vários desafios, como demonstrou sua IIIª Assembléia Nacional realizada no último mês de julho em Goiânia: as áreas indígenas, mesmo

diretoria do CIMI não se recusa ao diálogo, deixando claro, porém, que o principal interlocutor desse diálogo com o governo são os povos indígenas.

Em relação à própria Igreja, a incorporação do CIMI como órgão da CNBB a partir de novembro de 1977, não significou uma sintonia automática entre suas linhas de ação e a atividade missionária nas cerca de 70 dioceses e prelazias que contam com populações indígenas nas suas áreas. O secretariado Nacional, os oito regionais e os missionários que, nas bases, renovam suas experiências pastorais orientados pelas linhas do CIMI tendem a crescer. Mas o campo missionário católico é vasto, antigo e pesado: a maioria



Da esquerda para a direita Pe. Antonio Iasi Jr. ex-Secretário do CIMI; Pe. Bartolomeu Meliá, jesuíta da Missão Anchieta em Diamantino MT; D. José Gomes, Bispo de Chapecó (SC) e D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do CIMI; D. Moacir Grecchi, Bispo do Acre-Purus, Presidente da Comissão Pastoral da Terra; D. Pedro Casaldáliga, Bispo de S. Félix e Pedro Tierra, autores do poema litúrgico "Missa da Terra Sem Males".



povos indígenas. Em consonância com outros setores da pastoral popular, denunciaram pelos que não tinham voz. Esta atitude fez com que o CIMI fosse perseguido, dentro da própria Igreja e, principalmente, pelo Estado. Além disso o CIMI passou a estimular e apoiar decididamente o encontro de chefes indígenas, através de assembleias. No dia 19 de dezembro do ano passado, realizava-se, em Goiás, a 12ª dessas assembleias, um caminho fecundo na direção da autodeterminação.

A edição regular de um *Boletim Informativo* e, mais tarde, da *LUTA INDÍGENA* (CIMI-Sul) e do *PORANTIM* (CIMI Norte I, de Manaus), constituíram-se em veículos importantes para missionários e índios acompanharem os passos da caminhada. Cursos de Antropologia, Indigenismo e Lingüística têm procurado enfrentar o despreparo e desatualização que os missionários de base sentem, após tantos anos de catequese, de isolamento.

demarcadas, continuam sendo invadidas, até mesmo com o apoio de órgãos oficiais. Posses e pequenos lavradores também são vítimas da opressão do capital e do latifúndio e não devem ser vistos como inimigos dos povos indígenas. Mas qual será o futuro das terras do Alto Alegre, no Maranhão, disputadas em clima de guerra entre os Guajajara e os posseiros apoiados por missionários capuchinhos e políticos locais?

As propostas de *diálogo* e *reconciliação* do governo Figueiredo (através do Ministério do Interior e da FUNAI) são vistas pela Assembléia do CIMI como uma tentativa de neutralizar sua voz. A nova

dos bispos e prelados desconhece a realidade indígena, ou pratica uma pastoral tradicional, com convicção. A questão da evangelização, o que é, qual o seu sentido e sua extensão junto aos povos indígenas seguirá sendo motivo de polêmicas e de reclamos, até mesmo dos próprios índios.

CRONOLOGIA

(Alguns fatos destacados para a compreensão da situação recente das populações indígenas no Brasil)

Carlos Alberto Ricardo

1960

. A inauguração de Brasília foi um marco do fortalecimento da corrente migratória para as áreas centrais do país. A construção da estrada Belém-Brasília atraiu milhares de pequenos, médios e grandes agricultores. Já em 1966, os latifundiários tomam a dianteira da frente de expansão: mais de mil investidores haviam estabelecido fazendas de gado às margens da rodovia.

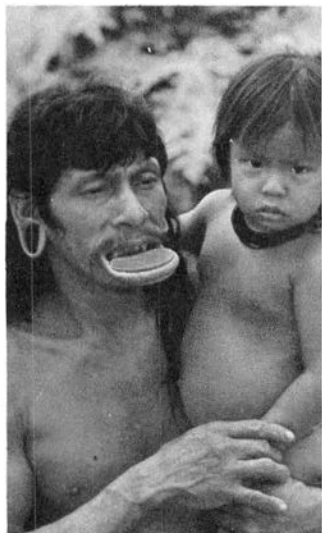
1964

. ESTATUTO DA TERRA é criado com o objetivo de fixar o homem à terra. Doutrina de ocupação e colonização da Amazônia como alternativa à Reforma Agrária, tendo como executores o IBRA e o INDA (posteriormente substituídos pelo INCRA).

. dez: decreto presidencial (Castelo Branco) anula tentativa do governo Goulart de criar o monopólio estatal sobre os minérios, abrindo e incentivando a exploração do subsolo brasileiro por empresas privadas.

1965

. Fim do Concílio Vaticano II – Decreto Ad Gentes – reorienta



a atividade missionária católica: respeito aos "povos diferentes" e a seus direitos; reconhecimento de sua vida religiosa.

1966

. out: criada a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). É um programa de incentivos fiscais e tributários. As fazendas implantadas e aprovadas, antes de dezembro de 74, estariam isentas de todos os impostos por dez anos. Tornou possível a redução de 50% do imposto de renda devido em outras regiões do país aos investidores na Amazônia, além de isenção na importação de qualquer maquinaria rural.



. lançamento da política oficial de expansão para a Amazônia pelo Ministro do Interior, Gal. Albuquerque Lima: "integrar para não entregar". Nesse momento haviam graves denúncias de vendas ilegais de terras a estrangeiros, etc.

. dez: Presidente Castelo Branco reúne-se com 300 altos funcionários governamentais e empresários para discutir o futuro da Bacia Amazônica. Ao final anunciou a "Operação Amazonas": investimentos de dois milhões de dólares em 5 anos, nas áreas de transportes, energia, comunicações e recursos minerais.

1967

. SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

. dez: O governo extingue o S.P.I. (Serviço de Proteção ao Índio, fundado por Rondon em 1910) e cria a FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

1968

. mar: Gal. Albuquerque Lima (MINTER) divulga resultados do "Relatório Figueiredo", com 5.115 páginas em 20 volumes. Este relatório apresenta um quadro negro dos últimos anos do SPI.: corrupção administrativa, massacres de tribos inteiras à dinamite, metralhadoras, e envenenamento.

. set: II Conferência Geral do Celam em Medellín, "índio marginalizado".

1969

. Gal. Albuquerque Lima é exonerado do Ministério do Interior e substituído pelo Cel. Costa Cavalcanti.

. criação da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM).

. governo altera legislação sobre exploração de recursos minerais. A área máxima permitida para exploração por companhias passa de 5 mil para 50 mil hectares.

. governo anuncia plano para investir 500 milhões de dólares em construção de estradas na Amazônia.

. Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, declara: "o índio tem que ficar no mínimo necessário".



. jul: Funai firma convênio com Summer Institute of Linguistics para estudo de línguas indígenas, etc.

. Encontro Episcopal Latino Americano de Missões em San Antonio de los Altos (Caracas): esforços por uma pastoral indígena específica.



1970

. jun: é criado o plano de Integração Nacional (PIN), com previsão inicial de investimentos da ordem de 200 milhões de cruzeiros para o período 71/74, a serem aplicados na construção de estradas, projetos de colonização e outros, principalmente na área da Amazônia. Posteriormente houve prorrogação do plano até 78, com mais 600 milhões de investimentos.

. jun: Gal. Bandeira de Melo, ex-oficial do SNI, é nomeado presidente da FUNAI e anuncia que a política indigenista seria conduzida dentro das diretrizes do PIN:

. É reintroduzida, pela FUNAI, a renda indígena: fundo estatal formado pela renda auferida na venda dos produtos indígenas e no arrendamento de suas terras.

. jul: é criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

. presidente Médici visita o Nordeste durante a seca e declara: "vamos entregar a terra sem homem da Amazônia ao homem sem terra do Nordeste".

. Encontro de Xicotepec: realidade indígena, iluminação teológica e projeções pastorais.

. out: começam a ser construídas a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e Manaus-Boa Vista.

. out: presidente Médici anuncia convênio FUNAI/SUDAM para a "pacificação" de quase 30 tribos ao longo do traçado projetado para a Transamazônica. Ao mesmo tempo, apresenta à apreciação do Congresso Nacional o novo projeto do ESTATUTO DO ÍNDIO.

inicia-se o PROJETO RADAM (Radar Amazônia): um gigantesco esforço para fotografar e mapear a Bacia Amazônica e seus recursos naturais, com apoio de técnicos norte-americanos.

1971

jan: Encontro de Barbados I: crítica às missões; o índio como protagonista de seu próprio destino.

mar: decreto presidencial torna de utilidade pública e põe sob controle do INCRA as terras devolutas localizadas numa faixa de 100 quilômetros de cada lado da rede de estradas construídas e planejadas na Amazônia Legal, o que equivale a dois milhões e trezentos mil hectares.

jul: criação do PROTERRA.

jul: documento assinado por 80 etnólogos, antropólogos, historiadores e sociólogos, crítica a orientação da política indigenista oficial e a proposta do Estatuto do Índio.



set: O ministro do Interior, Costa Cavalcanti, declara: "o boi deverá ser o grande bandeirante da década".

Encontro Amazônico de Iquitos: conhecimento do homem amazônico, comprovação dos erros e planejamento da atividade missionária.

1972

mar: Encontro Ecumênico de Assunção (Paraguai). Reune representantes de 9 países. Divulga documento auto-crítico e reorientador da atividade missionária entre os índios. "A Missão exige o diálogo ecumênico, a participação ativa dos índios na sua organização, a contribuição de especialistas em ciências humanas, avalia-



ção das atividades da Igreja, e a informação sobre a verdadeira imagem dos povos indígenas e de seus direitos inalienáveis".

abr: Na sede do Instituto Antropos, em Brasília, são estudados e discutidos pelo 3º Encontro de Estatutos Sobre Pastoral Indígena da CNBB, os projetos do Estatuto do Índio, ficando o recém-fundado Conselho Indigenista Missionário (CIMI) encarregado de elaborar um ante-projeto próprio.

jun: O presidente da FUNAI reúne-se em sigilo com o Pe. Vicente Cesar (representante do CIMI) para tratar da questão do Estatuto do Índio.

jul: CNBB decide dar um voto de confiança aos legisladores que irão discutir e votar o Estatuto do Índio e anuncia que não preparará nenhum substituto ao projeto governamental.

ago: o CIMI divulga em Cuibá seu ante-projeto do Estatuto do Índio.

Documento de Assunção (Paraguai): resposta missionária ao Documento de Barbados I; reconhece a crítica histórica e procura afirmar a Missão.

1973

jan: é criado o Projeto Aripunã, com o objetivo de: "explorar racionalmente uma área que apresenta características de imenso vazão econômico e demográfico, dotada porém, de expressivo potencial de recursos naturais."

abr: a FUNAI divulga o Plano de Diretrizes Administrativas para o ano, composto de 13 itens. O 3º item diz: "ajustar e coordenar os anseios e os interesses das co-

munidades indígenas ao PIN, tendo em vista as regiões por elas habitadas e os eixos de penetração indispensáveis à integração nacional, em particular, na Amazônia Legal."

set: Pe. Vicente Cesar assume presidência do CIMI.

set: o Ministro do Planejamento, Reis Veloso, declara: "até aqui a Transamazônica deu ênfase à colonização, com um sentido social que se voltou para o pequeno colono, mas agora devemos entrar na fase das grandes empresas."

início da construção da rodovia Perimetral Norte.

FUNAI anuncia programa de atração na parte Noroeste da Bacia Amazônica.

dez: bispos e missionários católicos divulgam o documento Y JUCA-PIRAMA (O Índio, aquele que deve morrer), denunciando a sorte das populações indígenas no período recente.

dez: promulgação do ESTATUTO DO ÍNDIO

1974

mar: o ministro do Interior, Costa Cavalcanti, em final de mandato, se declara frustrado por não ter emancipado nenhum índio durante sua gestão.

mar: o novo Ministro do Interior, Rangel Reis, declara: "vamos criar uma política da integração da população indígena na sociedade brasileira o mais rapidamente

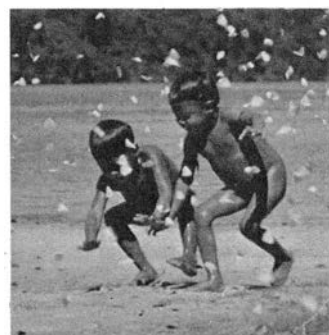


possível... Pensamos que os ideais de preservação da população indígena em seu próprio habitat são muitos bonitos, mas irrealis."

mar: Gal. Ismarth Araújo de Oliveira assume a presidência da FUNAI. Admitiu que o órgão não

está capacitado para a grande tarefa da integração: "faltam técnicos, faltam recursos e um planejamento adequado". Anunciou também uma política de "espíritos desarmados" em relação aos antropólogos e indigenistas que estavam ou foram afastados durante a administração anterior, bem como junto às missões católicas e protestantes.

abr: é criado o PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal). Visa raciona-



lizar a exploração dessa área de 170 mil quilômetros quadrados, com 6 milhões de cabeças de gado.

abr: em mensagem por ocasião do Dia do Índio, o Ministro do Interior Rangel Reis, define as metas básicas da política indigenista do governo: "...no Centro-Oeste e no Sul existem comunidades indígenas isoladas, para as quais a política de integração progressiva e harmoniosa pode efetivar-se a prazo mais curto através da execução de projetos específicos que lhes aproveitem a habilidade e inteligência naturais e lhes concedam posição material e cultural mais condigna..."

"...o ministro do Interior, através da FUNAI, com indispensável concurso de cientistas antropólogos e sociólogos, não se afastará da orientação básica que consiste no cumprimento da lei-magna do país. Nem dispensaremos a colaboração valiosa de organizações científicas de credenciais indiscutíveis e das missões religiosas tradicionalmente devotadas, com abnegação e fé, à ação civilizadora no meio indígena brasileiro, desde que sinceramente se enquadrem nas diretrizes gerais da política indigenista que ao Estado - somen-

te ao Estado – cabe definir, submetidos à indispensável vigilância, coordenação e controle”.

. *abr*: o presidente da FUNAI, em mensagem no dia do Índio, afirmou: “...não se pode pensar em integração onde o índio vá constituir quisto racial ou uma comunidade marginalizada. Devemos nos despir de preconceitos raciais, religiosos e étnicos, para que essa integração seja verdadeira e se processe em igualdade de condições”.

. *abr*: Primeira Assembléia de Chefes Indígenas, Diamantino (MT), proposta e organizada pelo CIMI.

. *set*: criação da POLAMAZÔNICA. Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia que define 15 áreas prioritárias para a execução de projetos econômicos.

. o INCRA anuncia que está preparando projeto que reformula a sua política de leilão de terras na Amazônia, aumentando o tamanho do módulo de 500 a 3.000 Has para 3.000 a 72.000 Has.

. *nov*: é criado o PRODOESTE, para destinar recursos ao sistema rodoviário do sul de Mato Grosso e Goiás.

1975

. *jan*: o Ministro Rangel Reis revelou que o Estatuto do Índio poderá ser alterado para permitir a emancipação de comunidades indígenas.



. *abr*: Seminário FUNAI/Missões Religiosas, Manaus (AM).

. *mai*: II Assembléia de Chefes Indígenas, Cururu (PA), reuniu 33 líderes de 13 nações.

. *jun*: D. Tomás Balduino, bispo de Goiás (GO), assume a presidência do CIMI em Assembléia Nacional da qual saíram as linhas básicas de atuação do CIMI.

. *jun*: I Assembléia Nacional de Pastoral Indígena (Goiânia-GO).

. *set*: III Assembléia de Chefes Indígenas, Meruri (MT), reúne 7 nações.

. *out*: IV Assembléia de Chefes Indígenas, Frederico Westphalen (RS).

1976

. *abr*: o presidente da FUNAI afirmou que não há grupos indígenas integrados, mesmo os do sul do país, e, por isso, não há grupos para serem emancipados. Para considerar uma comunidade indígena integrada, prosseguiu o Gal., é preciso que ela seja independente economicamente. Daí os projetos de desenvolvimento comunitário que a FUNAI vem realizando em áreas indígenas.

. *abr*: Rangel Reis, de acordo com diretrizes sugeridas pelo presidente Geisel, afirmou que vai acabar com o paternalismo da FUNAI a adotar uma política agressiva de integração através da implementação de projetos de desenvolvimento econômico de áreas indígenas.

. *jul*: o índio Simão, Bororó; e o Pe. Rodolfo Lukenbeim – salesiano – foram mortos por fazendeiros locais (MT).

. *set*: V Assembléia de Chefes Indígenas, Kumarumã (AP).

. *out*: Rangel Reis divulga notícia sobre existência de um anteprojeto para regulamentar a questão da emancipação dos índios.

. *dez*: Rangel Reis anuncia as metas da política indigenista:
(a) Integração rápida dos índios e conseqüente emancipação;

(b) abolição do ensino bilingüe;

(c) afastar as missões religiosas.

. *dez*: VI Assembléia de Chefes Indígenas, aldeia Nambiquara (MT).



1977

. *jan*: o presidente da FUNAI contraria as 3 metas anunciadas por Rangel Reis e anuncia instalação de um grupo de trabalho para avaliar as atividades das missões religiosas e o ensino bilingüe.

. *jan*: VII Assembléia de Chefes Indígenas reunindo 140 índios em Surumu (RR) é invadida pela polícia federal.

. *mar*: Rangel Reis insiste no exemplo dos índios Terena e declara que os índios querem ser

emancipados. "Eu quero é melhorar a cultura deles".

. *abr*: VIII Assembléia de Chefes Indígenas nas Ruínas de São Miguel (RS), reúne 26 índios de 7 nações.

. *mai*: seminário "O Índio Brasileiro: Um Sobrevivente?" é realizado em Porto Alegre. Nasce a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI).

. *jun*: 1º Encontro Pan-amazônico de Pastoral Indigenista reúne, em Manaus, representantes de Igrejas de vários países, e da Amazônia: pela profunda conversão evangélica dos missionários às culturas e aos novos indígenas.

. *jun*: IX Assembléia Nacional de Chefes Indígenas, reúne índios Apurinã em Seruini (AC).

. *jul*: Encontro de Barbados II.

. *ago*: X Assembléia de Chefes Indígenas reúne de 7 nações na aldeia Tapiraré (MT).

. *out*: o presidente da FUNAI comunica que não vai renovar mais o convênio com o Summer Institut of Linguistics e solicita que todos os seus missionários-lingüistas deixem as 44 áreas indígenas em que trabalham, até o final do ano.

. *nov*: II Assembléia Nacional de Pastoral Indigenista reúne, em Goiânia, 56 participantes sendo 5 índios.

. *nov*: aprovado Estatuto do CIMI, como órgão anexo da CNBB.

1978

. *fev*: Rangel Reis anuncia que Geisel assinará este mês o decreto de emancipação. Declarou que esta medida beneficiaria dois mil índios, emancipando pelo menos 100 índios no atual governo.

. *fev*: o presidente da FUNAI declara: "a política indigenista atual terá fracassado se não emancipar pelo menos um índio".

. *fev*: Rangel Reis declara que a emancipação não é meta prioritária de seu ministério.

. *mar*: 150 antropólogos, médicos e lingüistas e todo o país divulgam pela imprensa manifesto contra o decreto de emancipação do Ministro Rangel Reis.

. *abr*: Rangel Reis convoca reunião com antropólogos para discutir a regulamentação da emancipação.



. *abr*: Congresso nacional sobre a Questão Indígena, Ruínas de S. Miguel (RS), promovido pela ANAI/CIMI promete lutar contra a falsa emancipação. Nesse encontro missionários evangélicos também participaram e divulgaram o resultado de suas reflexões com referência às Missões Evangélicas que atuam junto aos

índios: "A sua base de ação se encontra na importação de padrões teológicos e éticos europeus e norte-americanos de colonização e com isso ajudam a explorar os índios e privá-los de suas terras e de seus valores culturais... Isso aqui é uma confissão feliz de lamentável pecado que nós estamos fazendo. Uma tentativa de reden-

ção, de conversão, e de arrependimento da parte dos evangélicos seria estar ao lado do CIMI, da ANAI e outros a favor do índio".

. *abr*: SEMANA DO ÍNDIO em São Paulo: reúne 25 índios Xavantes com antropólogos, juristas, missionários e lingüistas para debater situação da terra, educação, projetos de desenvolvimento comunitário e saúde. Foi lançada a idéia da Comissão Pró-Índio.

. *mai*: XI Assembléia de Chefes Indígenas, na aldeia Xavante de S. Marcos, reuniu 17 nações.

. *jul*: CIMI divulga nota condenando emancipação após reunião do Secretariado Nacional em Goiânia.

. *jul*: participantes dos debates sobre a Questão Indígena na XXX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo, criticam fortemente o decreto da emancipação.

. *ago*: antropólogos divulgam nota na qual condenam toda e qualquer tentativa de emancipação dos índios nas presentes condições.

. *set*: alguns antropólogos de todo país se reúnem em Brasília com representantes da FUNAI/



CRONOLOGIA

MINTER e reafirmam críticas a inoportunidade da emancipação.

. *out*: Rangel Reis insiste em encaminhar o projeto de emancipação, agora sigilosamente, para ser assinado até o final do governo Geisel.

. *out*: antropólogos, médicos, lingüistas e estudantes fundaram em São Paulo a Comissão Pró-Índio.

. *out*: D. Tomás Balduino, presidente do CIMI, afirma que a emancipação é uma forma de genocídio.

. *out*: Rangel Reis entrega ao presidente Geisel minuta de decreto sobre a emancipação.

. *out*: A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil lança em Porto Alegre Carta Pastoral sobre a situação do índio no Brasil, na qual, entre outras coisas, posiciona-se contra o projeto de emancipação do governo e expressa o desejo de juntar sua voz "a todos os que sinceramente vêm defendendo as minorias indígenas".

. *nov*: foram realizados atos públicos contra a Falsa Emancipação no Rio de Janeiro e em São Paulo (reunindo mais de duas mil pessoas). Representantes de comunidades indígenas repudiaram e denunciaram manobras para emancipá-los em troca de suas terras.

. *nov*: na Missa Indígena, encerrando o Ano dos Mártires, nas Ruínas de S. Miguel (RS), o CIMI volta a criticar o projeto de emancipação.

. *dez*: XII Assembléia reúne 14 nações em Goiás (GO).

. *dez*: fontes da assessoria de imprensa do MINTER informaram que a Presidência da República decidiu estrategicamente esquecer por algum tempo a aprovação do projeto de emancipação de grupos indígenas.

1979

. *jan*: a FUNAI demite da direção do Parque Nacional do Xingú e do seu quadro o antropólogo Olímpio Serra.

. *jan*: o novo Ministro do Interior, Mário Andreazza, divulgou o nome do próximo presidente da FUNAI, engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva, na ocasião, diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

. *abr*: depois de assumir a presidência da FUNAI, o engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva promete prioridade na demarcação das áreas indígenas e a retomada de diálogo com todos os setores ligados à questão indígena, especialmente o CIMI.

. *abr*: A Missa da Terra-Sem-Males, poema-litúrgico escrito por D. Pedro Casaldáliga e Pedro Tiera e com música de Martin Coplas, é celebrada na Catedral da Sé em

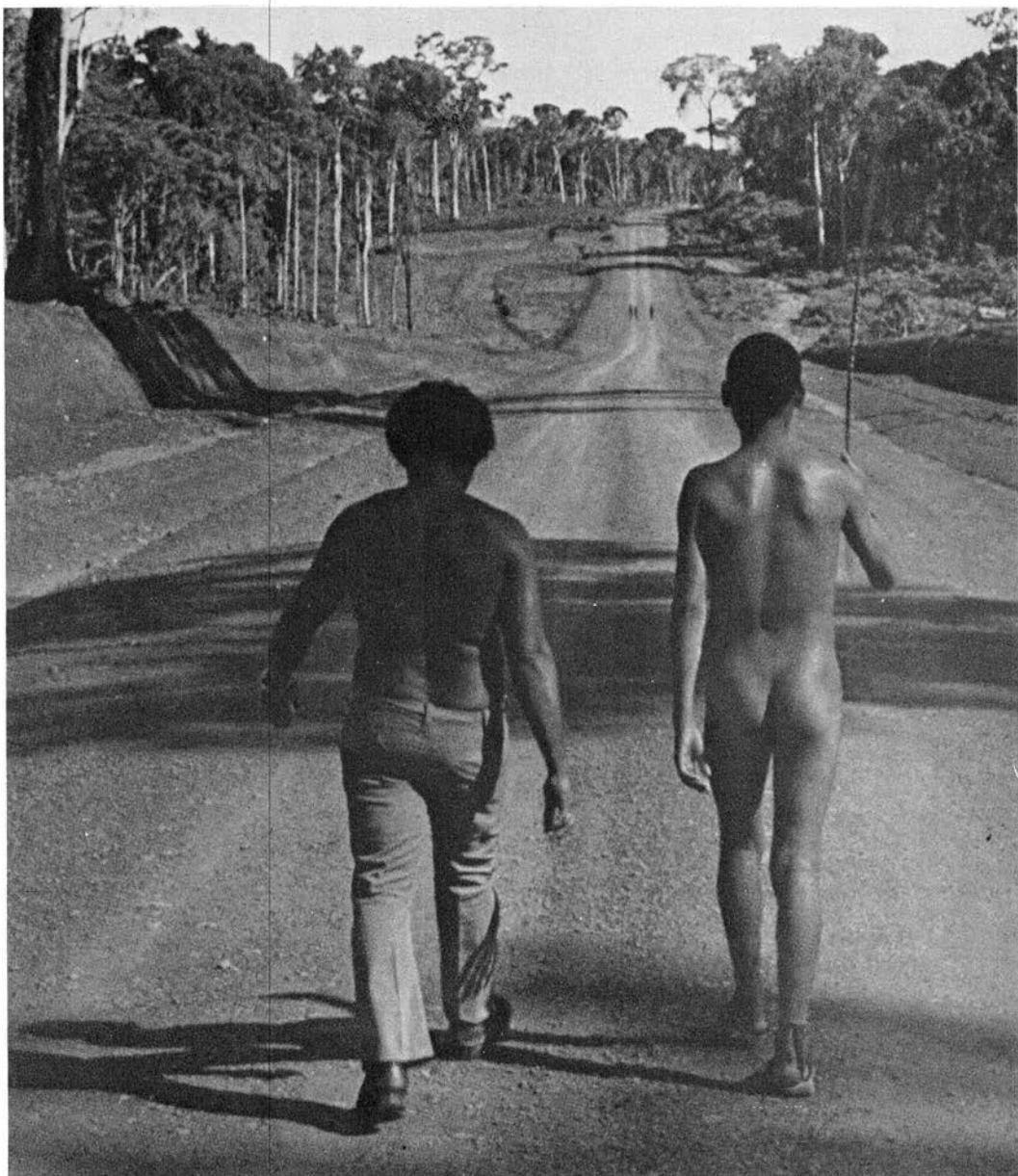
São Paulo. Reuniu dezenas de celebrantes, representantes de comunidades indígenas e mais de 5 mil pessoas, com o apoio da Comissão Pró-Índio/SP. De surpresa, chegam para a Missa o Ministro do Interior Mário Andreazza e o presidente da FUNAI.

. *mai*: a diretoria do CIMI aceita o convite e comparece à sede da FUNAI em Brasília para dialogar.

. *jun*: A Comissão Pela Criação do Parque Yanomani entrega, em

Brasília, petição ao Ministro do Interior solicitando medidas urgentes.

. *jul*: III Assembléia Nacional do CIMI reúne-se em Goiânia, com cerca de 100 participantes, entre os quais 9 bispos e 21 índios. Foi eleita a nova diretoria para os próximos 4 anos: D. José Gomes, bispo de Chapecó (SC) para presidente, D. Tomás Balduino, de Goiás, para a vice e o Pe. Paulo Süess como secretário.



Entrevista de D. José Gomes, Bispo de Chapecó (SC) eleito novo Presidente do CIMI, concedida a José de Souza Martins e Carlos Alberto Ricardo, do CEDI.

A GENTE PRECISA DEFENDER AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

FUMAÇA BRANCA NO CIMI. E A MARCA VERMELHA DO URUCU NA TESTA DO NOVO PRESIDENTE

O CIMI realizou entre 27 e 31 de julho último, em Goiânia, sua IIIª Assembléia Nacional ordinária para avaliar o seu compromisso cristão para com os povos indígenas, traçar linhas de ação para os próximos 4 anos e eleger nova diretoria. Com a participação de mais de cem pessoas, das quais 21 índios de várias nações o colégio eleitoral presente somou 65 votantes, metade do que define o Estatuto do CIMI. Compareceram nove, dos setenta e tantos bispos e prelados com direito a voto. Somados a 40 delegados escolhidos em oito assembleias regionais e aos membros do conselho e da diretoria, escolhe-

Tempo e Presença: Por onde o sr. andou até chegar a ser bispo de Chapecó e, agora, presidente do CIMI?

DJG: Sou natural de Erechim (RS) e nasci a 25 de março de 1921. Tenho 58 anos completos. Como sacerdote pertenci à Diocese de Santa Maria. Fiquei alguns anos aí e depois fui à recém-fundada Diocese de Passo Fundo, onde fiquei vigário da Catedral. Entrei no movimento universitário e depois de fundada a Universidade Católica de Filosofia fui o primeiro diretor, de 1957 a 1961. Nesse ano fui nomeado bispo de Bajé, na fronteira do RS com o Uruguai, onde fiquei 7 anos e

pouco. Agora, há 11 anos, estou na Diocese de Chapecó no extremo oeste de Santa Catarina, fazendo divisa com a Argentina. Aqui, o trabalho se desenvolveu normal até quando entrei em cheio na problemática indígena em 1975 quando foi criado o Regional Sul do CIMI. Foi liberado um sacerdote meu que queria trabalhar na causa indígena e ele começou a se dedicar aos índios que viviam na região.

Nesse momento estava quente a situação das áreas indígenas muito invadidas pelos brancos, tornando a vida dos índios insuportável. Cometiam-se arbitrariedades, houve várias mortes. Então entrei em

ram em apenas um escrutínio D. José Gomes, bispo de Chapecó (SC) para presidente, com 63 votos. D. Tomás Balduino, bispo de Goiás ficou na vice-presidência com 57 votos e o Pe. Paulo Süess, coordenador do CIMI Norte I (Manaus) foi escolhido secretário executivo com 54 votos.

O último ato da Assembléia foi a posse da nova diretoria. O Pe. Tomás Lisboa, jesuíta que vive com os índios Menkú (MT) e deixava a vice-presidência do CIMI, vai à frente e entoa um canto de guerra dos Beijo de Pau. Coloca no furo entre as narinas um enfeite de penas, pinta o rosto com urucu e pede a presença de D. José Gomes, marcado com a tintura vermelha de urucu na testa por um índio Xavante.

A seguir, a entrevista de D. José Gomes



cheio na causa indígena, dando todo apoio ao CIMI.

TP: Antes de iniciar o trabalho com os índios da região, qual era o setor social privilegiado pela ação pastoral da sua Diocese?

DJG: Um trabalho junto aos pequenos agricultores e agricultores sem terra, num sentido de conscientizá-los. A Diocese é eminentemente agrícola, tanto assim que 84% da população em 1970 eram de agricultores. A região destaca-se pelo minifúndio. A Diocese tem 50 mil quilômetros quadrados e estamos atualmente com

cerca de 700 mil habitantes. Pouca gente na cidade. Dos 36 municípios que compõem a Diocese, 16 tinham menos de mil habitantes em 70. Sendo uma região de minifúndios, conforme a população cresce, os filhos casam e muitos se tornam arrendatários dos próprios pais. Num levantamento feito em 1977 constatamos a existência de 22 mil famílias sem terra. Então não podemos fazer mais do que conscientizar os agricultores, no sentido de que eles se organizem junto aos institutos de defesa, o sindicato e a cooperativa. Esse é o trabalho básico que estamos fazendo, diante do processo de concentração das terras, da exploração na comercialização que levam à marginalização do pequeno agricultor. Muitos têm vendido suas terras e se marginalizado nas cidades. A cidade de Chapecó, de 1970 para cá, quadruplicou a população. O êxodo rural é muito grande na região.

mente das nossas reuniões regionais e também o Pastor Gierus, diretor da Missão da IECLB, participa da nossa Assembleia Nacional. Se não demos mais passos na realização de um ecumenismo mais eficiente não é porque haja desconfianças. Seria preciso sentar mais juntos. Agora, eu faço uma distinção dessas seitas pente-



... aí eu fui jogado em cheio na problemática indígena. Que barbaridade! Massacres, mortes, invasões de terras.

tinha pensado na questão das terras. Somente a partir de 1975, quando foi feito o primeiro encontro, quando o padre Egon trouxe índios e gente que poderia trabalhar na pastoral de Palmas e do RS aí eu fui jogado em cheio na problemática indígena. Esse encontro trouxe os relatórios dos massacres, mortes, invasões das terras indígenas. Que barbaridade! A gente precisava defender os índios. Foi quando vi que a opressão contra os índios estava ali, muito atual. Aí começaram os problemas, os ataques de políticos, do prefeito. Havia promessa de políticos, do ministro aos agricultores intrusos na área indígena de que ela seria dividida. Aí foi preciso tomar uma defesa enérgica dos índios, mas não deixando também de apontar o caminho para os agricultores. Sofremos também a pressão violenta dos agricultores que estavam dentro da área indígena. Chamaram-nos de mentirosos, co-

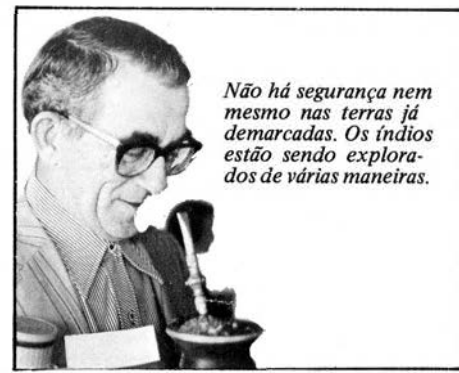


Cometiam-se muitas arbitrariedades contra os índios, houve várias mortes. Então entrei em cheio na causa indígena, dando todo o apoio ao CIMI.

costais e outras. Aí o relacionamento se torna mais difícil, por uma visão diferente da Igreja, da pregação de Jesus Cristo e do problema humano da libertação, que exige um engajamento mais concreto.

TP: O sr. sempre acompanhou a situação dos índios, o trabalho do CIMI, ou o sr. é um dos recém-convertidos à causa indígena?

DJG: Eu sabia que existiam índios desde pequeno. Como sacerdote trabalhei em Santa Maria, em Soledade, em Passo Fundo. Estive uma vez com o bispo, celebrando missa numa área indígena. Quando passei a Chapecó, sabia que havia área indígena no interior da Diocese. Ficava um pouquinho fora das caminhadas normais que eu fazia. Então perguntava para os padres: como é a área indígena lá? Vocês atendem lá? Mas eu não tinha conhecimento. Foi só quando o Pe. Egon Heck começou a atender à área indígena é que eu tive que conhecer e dialogar com os índios, com o chefe do Posto. Logo em seguida o Regional Sul do CIMI começou a ser organizado. Eu não tinha idéia que existiam 26 Postos Indígenas da FUNAI nos 4 estados do Sul (SP, PR, SC, RS). Que em Santa Catarina haviam 2 postos ali com 2.200 índios. Logo ali na Diocese vizinha, logo ali no Rio Uruguai, existem mais 2.500 índios. Eu não sabia, só por ouvir falar. Se a gente cruzava na área, via uma casinha aqui, outra ali, mas nunca



Não há segurança nem mesmo nas terras já demarcadas. Os índios estão sendo explorados de várias maneiras.

Agora se abre mais um problema sério para o povo da região. É o problema das hidroelétricas da bacia do Rio Uruguai. Só na Diocese de Chapecó vão ser feitas 12 barragens e fala-se que terão que ser removidas 20 mil famílias, cerca de 100 mil habitantes.

TP: Como o sr. vê o trabalho de outras igrejas entre os índios? E a colaboração dessas igrejas com o CIMI?

DJG: Eu não tenho muita experiência de colaboração de outras igrejas na área indígena. Apenas conheço a experiência de Guarita (RS) onde a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), tem uma escola bilíngüe e um trabalho missionário. Mas não tenho maiores detalhes do trabalho que eles fazem. Há um ótimo relacionamento entre o CIMI e o grupo luterano, eles participam normal-

munistas, de tudo. Eu disse a eles que os índios têm o Estatuto do Índio e os agricultores o Estatuto da Terra. Não é possível os agricultores ali na terra dos índios, sugando a terra, explorando a área indígena. Tentamos convencê-los a sair, a buscar outra terra. Enfim, essa é a realidade conflitante na qual estamos trabalhando. No início eu também era um ingênuo, pensava que o oeste catarinense era um céu. O céu do pequeno agricultor, gente feliz da vida. Depois que começamos a fazer levantamentos, descobrimos que haviam posseiros, arrendatários, pequenos proprietários e uma situação de crescente marginalização desta gente.

TP: Como o sr. vê a situação indígena a nível nacional?

DJG: Terrivelmente precária. Não há segurança nem mesmo nas terras já demarcadas. Os índios estão sendo explora-

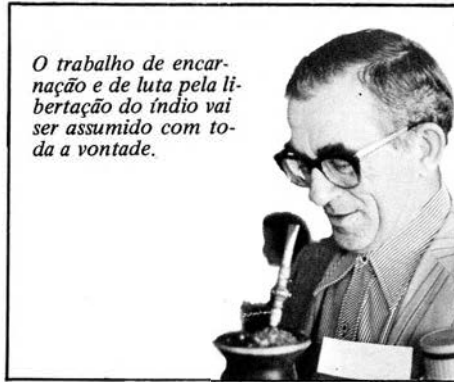
dos de várias maneiras. Com tanta terra nesse país, os índios sofrem o contato nocivo com a civilização.

TP: Como o sr. vê os diferentes estilos de atuação das missões católicas nas áreas indígenas?

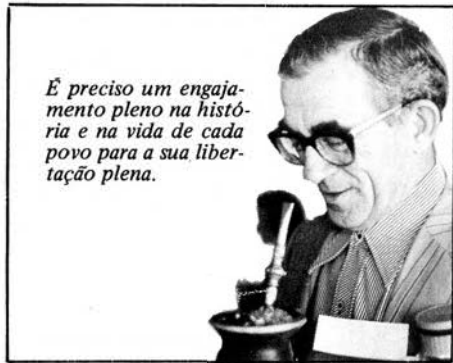
DJG: Talvez numa linha mais tradicional a preocupação dos sacerdotes e dos bispos é que chegando junto ao índio, eu tenho logo em seguida que batizá-lo, crismá-lo, fazer a primeira comunhão, o casamento religioso, e nisso estaria o cristianismo.

Principalmente depois do Concílio Vaticano II, a idéia da evangelização se tornou mais ampla. Não se trata de saber algumas verdades pela catequese e receber os sacramentos. É preciso um engajamento pleno na história e na vida de cada povo para uma libertação plena. As diferenças básicas das atitudes missionárias

está a favor dos pequenos, como o CIMI, acaba se envolvendo em conflitos a cada instante. Não negamos a possibilidade de diálogo. Estamos dispostos a dialogar, tanto que D. Tomás já esteve conversando a convite do próprio presidente da FUNAI, mas não no sentido de que ficaríamos calados diante das injustiças.



O trabalho de encarnação e de luta pela libertação do índio vai ser assumido com toda a vontade.



É preciso um engajamento pleno na história e na vida de cada povo para a sua libertação plena.

TP: O sr. também tem a impressão de que a tentativa do governo de se aproximar de setores da Igreja, do CIMI no caso, é para silenciar o CIMI e aliciar a sua simpatia?

DJG: Nós admitimos que os homens podem ser sinceros. Agora, sinceridade deve ser comprovada em atitudes concretas na defesa do índio. Se isso ocorrer não teremos nenhum problema em manter bom relacionamento com a FUNAI e o Governo.

globalidade do Evangelho. Meditando sobre isso, que a gente se dispa de posições de luta por palavras e conceitos e vamos colocar à frente o homem. Vamos lutar por ele, todos juntos.

TP: O CIMI até agora tem se destacado pela agilidade e combatividade diante da política indigenista oficial e das ameaças que pesam sobre os índios. Os sr. pretende continuar nessa linha?

DJG: O CIMI é uma instituição que adotou uma causa. Essa causa não depende do presidente mas das linhas que a Assembléia vai traçar. Eu estava dentro do espírito do CIMI e continuarei, assumindo o mandato da Assembléia. O trabalho de encarnação e de luta pela libertação do índio vai ser assumido com toda vontade.



A sinceridade deve ser comprovada em atitudes concretas na defesa do índio.

são essas. No seu caminho de libertação os índios vão conhecendo o Cristo e vão se engajando. No caso dos índios com poucos contatos com a civilização, se eles optam pelo cristianismo muito que bem, se eles quiserem ficar com a religião dos antepassados, nós temos que respeitá-los. Não é possível pensar logo em entrar nas aldeias e fazer proselitismo. Mas evangelizá-los a partir da cultura deles, com o respeito à cultura indígena.

TP: Como o sr. vê essa conjuntura política e econômica atual? No que ela vai interferir na relação entre o CIMI e os órgãos governamentais, as classes dominantes?

DJG: O problema sério que está atrás de tudo isso é todo um sistema sócio-político-econômico que está orientando, dirigindo o país, a favor dos grandes. Quem

TP: Qual seria sua palavra para os bispos, e os prelados, e os setores da Igreja que desconhecem a realidade indígena e ainda não se entenderam com essa linha de renovação que o CIMI vem propondo?

DJG: Aqui sim a gente deveria apelar para um espírito de abertura, dentro do espírito do Evangelho, do espírito de Igreja, e, de modo especial, do espírito do Documento de Puebla. Que a gente olhe para os setores mais marginalizados, que a "opção preferencial pelos pobres" seja uma realidade em todas as dioceses. Se houver qualquer pequena divergência no sentido do conteúdo da evangelização, também temos esse documento maravilhoso de Puebla que mostra que a evangelização não se restringe a um aspecto da doutrina ou da figura de Cristo, mas à

TP: Essa tentativa do governo em se aproximar do CIMI poderia afetar a linha de trabalho que o CIMI tem desenvolvido até aqui?

DJG: Eu penso que não. A linha do CIMI em defesa do índio é muito clara e continuará sendo levada com firmeza e lealdade.

TP: O fato do sr. ser bispo de uma diocese do interior de Santa Catarina, no sul do país não poderia prejudicar a agilidade que o CIMI teve até hoje? Afinal a presença do presidente é importante e a sede do CIMI está em Brasília.

DJG: Eu acho que não, porque D. Tomás e eu estamos muito unidos no ideal e no trabalho e já conversamos sobre isso. Vamos nos complementar, trabalhando unidos.

Aconteceu



ANISTIA

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo distribuiu nota à imprensa, afirmando ter o Presidente da República enviado ao Congresso Nacional "um projeto que não é apenas insatisfatório, mas se insere no contexto, ainda uma vez, do uso arbitrário do Poder, por fazer discriminações que não cabem dentro do próprio conceito de anistia".

Opinando que "os torturados devem responder pelos crimes que praticaram", o Cardeal de S. Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, afirmou que o "governo deveria abrir processos públicos que tragam à tona tudo o que foi feito nos porões do DOI-CODI, Dops e quartéis do Brasil".

Em Recife, D. Ivo Lorscheider, presidente da CNBB, afirmou que para o interesse nacional, somente uma anistia sem adjetivos pode contribuir para a necessária pacificação da Nação Brasileira.

Em São Paulo, foi divulgada uma nota, em que o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e o chefe nacional da Igreja Pentecostal

"Brasil para Cristo", pastor Manoel de Mello Silva, dizem que a "anistia abriu espaço para mais alguns milhares de irmãos", mas que, como foi proposto no momento atual, a lei não devolverá a paz a quem mais deveria devolvê-la. E acentua: "Enquanto não voltarem os desaparecidos, que foram presos em nome da segurança nacional, como poderão ter paz suas mães, esposas, filhos e outros familiares? Enquanto a essas famílias não forem fornecidos os dados exatos por aqueles que podem fornecê-los, continuará a intranquilidade". (...) "Os que foram torturados, dentro da maior humilhação e do aviltamento mais grosseiro, não podem, por sua vez, esquecer ou seja, dar a anistia. É preciso que eles digam primeiro, a todos, aquilo que disseram a alguns. Depois, ouçam da nação inteira a promessa de que isto não mais acontecerá. Então, poderão confiar na anistia, conhecer a paz e compartilhar o amor novo, indispensável para a construção da pátria generosa".

Esta nota já estava composta quando o projeto de Anistia foi aprovado pela Câmara dos Deputados pela exígua margem de 206 votos contra 201. No placar moral o governo perdeu e saiu desgastado dessa prova. A luta pela anistia total continua.

LUTERANOS PEDEM A FIGUEIREDO A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA TERRA

Em carta enviada ao presidente Figueiredo, o presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Augusto Ernesto Kunert, solicitou em nome do Concílio Geral e do Conselho Diretor a pronta aplicação do Estatuto da Terra. Em certo trecho afirma o pastor: "Move-nos, senhor presidente, profundo amor cristão bem como aquela solidariedade humana à qual somos conduzidos pelo Evangelho, ao preocuparmos com a sorte do homem que trabalha a terra. Observamos, em todos os rincões abrangidos pela IECLB, crescente marginalização e empobrecimento do homem do campo. Sentimos também, muito de perto, o drama dos agricultores atingidos pelas desapropriações decorrentes da construção da hidroelétrica de Itaipu".

MENORES EXPLORADOS

Dirigentes sindicais trabalhistas de Santos enviaram ofício ao Ministro Murilo Macedo, do Trabalho, em protesto pelo afastamento do subdelegado regional do Trabalho, Alexandre Cerqueira Cesar, de Santos, por seu rigor na fiscalização do trabalho, culminando com a multa aplicada a uma cadeia de supermercados por empregar, sem registro e sem pagamento do salário mínimo, 75 menores, agenciados e alugados por uma entidade de promoção social.

ENGANARAM OS ÍNDIOS

Domingos Braz, índio Pataxó de Porto Seguro e seu companheiro José Ferreira, filho do cacique Tururi, foram a FUNAI-Brasília para receber o dinheiro pelo artesanato que tinham entregue na loja da FUNAI (Artindia). Foram muito enrolados e acabaram recebendo, em vez de dinheiro, o seguinte bilhete escrito por um funcionário: "Prezado Ximenes, finge ouvir um pouco esses índios. Vieram para uma reunião do CIMI. Já estiveram na Artindia com um padre. É só fornecer uma guia de regresso. Grato. Em 1.6.79".

FIAT TENTA REDUZIR AS GREVES NA ITÁLIA

Portuários italianos recusaram-se a descarregar uma remessa de 886 automóveis Fiat, fabricados no Brasil, iniciando um bloqueio para impedir que a empresa comercialize na Itália veículos importados de suas subsidiárias no exterior, como forma de compensar a queda da produção, provocada por greves de metalúrgicos. O bloqueio se estende a todos os portos italianos e foi deflagrado pela Federação Unitária dos Trabalhadores Portuários, em solidariedade aos operários metalúrgicos que estão em dissídio com a Fiat para renovação do contrato coletivo de trabalho. Entendem os trabalhadores que a importação de veículos das subsidiárias é uma clara tentativa da Fiat de reduzir a eficiência das greves na Itália.

DOM PADIM CRITICA PREOCUPAÇÃO DEMASIADA COM SEGURANÇA NACIONAL

Dom Candido Padim, bispo de Bauru (SP), disse em Nova Iguaçu na Baixada Fluminense, em palestra promovida pela Comissão Justiça e Paz da diocese que, o governo fornece demasiada atenção ao problema da Segurança Nacional e se esquece da Segurança pública e individual, principalmente nas áreas menos desenvolvidas. Dom Padim se referiu principalmente a Baixada Fluminense, onde classificou a violência da região como alarmante, com tendências a se agravar.

REGIONAL DA CNBB FAZ DOCUMENTO SOBRE TERRAS

Visando a construção de uma sociedade que transforme a atual situação de pobreza injusta e desumana numa sociedade mais justa e fraterna, a assembléia da Regional Sul da CNBB aprovou documento, com o título "Objetivo, Conteúdo e Diretrizes de Ação", abordando a questão da terra, a situação dos trabalhadores e os organismos intermediários (Sindicatos, cooperativas), a situação dos marginalizados e oprimidos, e finalmente, a educação para a justiça, relacionadas com os "Problemas Comuns do Povo". O documento servirá de base ao 4º Plano Bial de Pastoral daquela regional. A reunião foi realizada na cidade de Brodoski-SP, onde estavam representadas 37 dioceses paulistas, contando com a participação de bispos, padres, religiosos e pela primeira vez de leigos.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Durante o I Simpósio de Política Agrícola, realizado em Assis, S. Paulo, o presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas paulista, Roberto Toshio Horiguti disse que a entidade está tentando negociar com a federação patronal uma proposta fixando em Cr\$ 4 mil o novo piso salarial para os 800 mil trabalhadores rurais de todo o Estado, o que representa um aumento de 75% sobre os atuais salários. Horiguti também criticou a formação de cooperativas de mão-de-obra, sistema que vem sendo difundido em algumas regiões, dizendo que elas "prostituem a legislação em vigor, na medida em que o próprio trabalhador passará a ser empregado dele mesmo, havendo, em conseqüência, desvio de direitos já assegurados, como o 13º salário e as férias".

BISPOS EM REUNIÃO APELAM POR EMIGRANTES

Os bispos Dom Aurélio Rodrigues de Foz do Iguaçu e Dom Jorge Kemerer da província argentina de Misiones, fizeram apelo ao encontro de 15 bispos da região fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, realizado em Foz do Iguaçu (PR), nos primeiros dias do mês, para que se alerte ao governo, pedindo que esse dê mais atenção aos brasileiros emigrados no Paraguai e Argentina, em situação irregular. Segundo os bispos, 100 mil brasileiros ocupam ilegalmente terras argentinas numa faixa de 50 quilômetros da fronteira; no Paraguai, essa cifra sobe a 200 mil. Em ambos os países em precárias condições de subsistência, numa situação de fome e miséria.

VIOLÊNCIA POLICIAL

A diocese de Volta Redonda preparou "alarmada pelo desrespeito à dignidade humana, cada vez mais intenso no meio policial", subsídios sobre a violência policial que ocorre em Barra Mansa e Volta Redonda e que não saem publicados nos jornais. Estes subsídios estão sendo lidos e refletidos nos grupos de base da diocese.



LULA E O PT

Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em São Paulo, declarou em Belo Horizonte — onde foi para ser patrono da turma de Administração de Empresas do Instituto Cultural Newton Paiva — que será distribuído aos trabalhadores o esboço do programa do Partido dos Trabalhadores para as primeiras discussões e, a partir daí, "a criação do PT vai depender da vontade dos trabalhadores". "Temos que começar a discussão pelas comunidades de bairros, associações, dentro e fora das portas das fábricas". Perguntado sobre se Brizola "caberia" dentro do PT, Lula declarou que "um partido denominado do trabalhador pressupõe que nele se abriguem só assalariados e é isso que o PT fará".



ONDE ESTÃO?

Familiares de 15 dos 66 "desaparecidos" durante a guerrilha do Araguaia entram com pedido e com interpelação judicial no Supremo Tribunal Federal para saber do presidente da República, enquanto chefe das Forças Armadas, qual o paradeiro de seus parentes. A interpelação reivindica informações oficiais sobre quantas pessoas foram presas durante a guerrilha e quais seus destinos; também pede a identificação dos mortos em combate, a localização dos corpos e os documentos que confirmam suas mortes.



IGREJA TEME POR 6 MIL FAMÍLIAS EM ITAIPU

Os bispos do Paraná, reunidos em assembléia anual, em Curitiba, concluíram que 6 mil famílias que serão desalojadas de suas terras, pelas inundações provocadas pela represa de Itaipu, "jamais irão encontrar nos locais, a mesma condição desfrutada na região Oeste do Paraná". Por isso, pedem o reassentamento das famílias dentro do próprio Estado, "mesmo que para isso seja necessária uma reforma agrária". Os bispos alegam a existência no Estado de latifúndios que vão além de 5 mil alqueires, com condições de servir ao reassentamento.

OS YANOMANI, SUAS TERRAS E A AMEAÇA DA

Os Yanomani são um dos últimos grandes grupos indígenas brasileiros, que ainda vivem segundo seus padrões culturais tradicionais. Eles ocupam uma extensa área de floresta, na região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela. No Brasil, acham-se dispersos em 203 aldeias registradas pelo levantamento da FUNAI em 1977, totalizando uma população de aproximadamente 8.400 indivíduos. Constituem também população de número semelhante na Venezuela.

No Território Federal de Roraima eles representam 13,42 por cento da população e é interessante notar que, segundo estimativas, existe uma população indígena de 40 por cento atualmente neste Território. No Estado do Amazonas; a proporção de Yanomani é pequena, chega somente a 0,10 por cento.

Os Yanomani estão ainda esperando ter suas terras demarcadas. O ano passado, a FUNAI por portarias, somen-

te fez uma proposta de delimitação administrativa, dividindo suas terras tradicionalmente ocupadas, em 21 áreas diminutas e descontínuas, ilhadas por corredores. Se não forem tomadas medidas urgentes, esta fragmentação do território indígena acarretará a rápida destruição da etnia. Ilhados em áreas ecologicamente esgotadas, os índios serão reduzidos a uma situação de crescente penúria e total dependência econômica. Só uma revisão crítica da proposta da FUNAI permitirá a este povo sua sobrevivência. Considera-se viável, desejável e válida a criação de um Parque indígena e ecológico.

Além da imediata criação de um tal Parque, é urgentíssimo também tomar medidas em relação ao grave problema da implantação de minerações que ameaçam de imediato os Yanomani moradores da serra dos Surucucus, área demarcada de ocupação indígena pela FUNAI onde existem 76 aldeias, num total de aproxima-

damente 3.800 índios num raio de 80 kms da área das jazidas de minério.

Analisemos rapidamente os acontecimentos:

Em 1975 após a publicação do Projeto Radambrasil, desencadeia-se uma corrida à mineração, no território. "Os garimpeiros invadem a serra onde o governo anuncia a existência de urânio e cassiterita. A existência do garimpo acaba provocando conflitos físicos entre índios e garimpeiros. Missionários norte-americanos que atuavam na época na área denunciaram o assassinato de índios que insistiram em permanecer na região do garimpo." (ESP de 2.9.76)

Essas violências acabaram levando as autoridades federais a fechar o garimpo em 1976 (ESP de 3.9.76). Surucucus foi evacuado.

Dois anos após o fechamento do garimpo os Yanomani da região vêem-se novamente ameaçados. O sertanis-

ta Apoena Meirelles comenta a situação inquietante onde atua a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) e para onde dirige-se a Companhia Vale do Rio Doce. "O sertanista acha que a autorização dada a estas companhias foi prematura, podendo trazer conseqüências desastrosas." (ESP 18.11.78). De acordo com declarações de técnicos da Companhia Vale do Rio Doce, já está prevista a entrada na Serra das Surucucus de 300 operários e técnicos.

A legislação prevê, nos casos de exploração do subsolo indígena, por motivos de interesse para o desenvolvimento nacional, deslocamento temporário ou remoção de grupos tribais para outra área. Há que se considerar entretanto, que no caso concreto dos Yanomani, esta solução é impraticável por causa da densidade demográfica da região, dificuldade de acesso, e grau de isolamento dos índios, além de razões étnicas

POTTER E A TORTURA



Philippe Potter, secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas propôs a necessidade de uma *Convenção Internacional contra a Tortura* para comemorar os 30 anos da declaração universal dos direitos humanos. E justifica a sua proposta:

“Não é somente porque a tortura seja o mais abominável, o mais persistente, o mais deliberado e o mais cruel de todos os crimes contra o ser humano, mas, também, porque de muitas maneiras a propensão à tortura atua como barômetro da dimensão que alcançou os valores humanos

dentro de uma sociedade”.

Segundo Potter, na maioria dos casos as vítimas da tortura são pessoas que se comprometeram na luta pela justiça e pelos direitos humanos nas suas próprias sociedades. Além do mais, há o emprego cada vez mais frequente da tortura na supressão sistemática dos movimentos de libertação e protesto. Potter acentua a crescente transferência de tecnologia e instrumentos de tortura dos países desenvolvidos aos “em desenvolvimento” sobretudo após os golpes militares que atingiram os países do terceiro mundo.

POLICIAL MATA MENINA DE 13 ANOS

Márcia Joaquim Gomes, de 13 anos, foi baleada na cabeça quando merendava na sala de refeições da Escola Humberto de Campos na Mangueira e morreu. O autor do disparo foi um soldado do 4º Batalhão da PM, que fazia parte de uma patrulha em ronda no morro

Os moradores da Mangueira denunciaram que os soldados do 4º BPM invadiram há 3 semanas, a igreja de Nossa Senhora da Glória, durante uma missa de sétimo dia, com pretexto de prender um bandido; além de acabarem com a missa, obrigaram o padre a tirar a roupa.

MINERAÇÃO: É PRECISO AGIR O QUANTO ANTES

óbvias. A própria sobrevivência física desses Yanomani estará gravemente ameaçada se a implantação de qualquer projeto de mineração não for precedida por um plano sistemático de vacinação. Se é que este plano de mineração será implantado, um convênio prévio entre a mineradora e a FUNAI dando ampla proteção aos indígenas, e fiscalização do mesmo pelas autoridades competentes é indispensável.

O novo governador de Roraima, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, assumiu o cargo dia 9 de abril deste ano. Ele disse: “Transferir para uma área de 7 milhões de hectares 30 mil famílias, nos próximos seis anos: transformar em realidade a indústria de mineração e construir uma usina hidroelétrica são as prioridades estabelecidas pelo novo governo (JB 4.4.79) e continua: “Roraima é um excelente polo mineral, uma vez que possui a cassiterita com o mais alto teor no país — aci-

ma de 80 por cento (...)

As jazidas de cassiterita da serra dos Surucucus estão sob o controle da Companhia Vale do Rio Doce (...) (JB 4.4.79).

No dia 3 de maio de 1979, durante uma palestra feita no Palácio da Cultura em Boa Vista, perante o Ministro do Interior Andreazza, o senhor governador novamente declarou que a mineração tem a máxima prioridade no seu plano de desenvolvimento e disse que Surucucus afeta a sobrevivência de 2.000 famílias que seu governo pretende levar para a área. Ora, 2.000 famílias representam 2.000 a 3.000 garimpeiros.

O seu discurso terminou com o novo lema no território:

“Dar terra aos homens sem terra, e

dar homens à terra sem homens”, assim desconhecendo uma realidade — na Serra das Surucucus já vivem 3.800 Yanomani, os legítimos habitantes



da região.

“Quanto à exploração de bens naturais localizados em terras indígenas, o jurista Dalmo Abreu Dallari disse... “A contratação da pesquisa e exploração de minérios, da maneira como está sendo feita em terras indígenas é ilegal. Isto porque o artigo 18 do Estatuto do índio diz expressamente que as terras indígenas não podem ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena” (JT 4.5.79).

Na verdade a situação deste povo só poderá ser efetivamente resolvida com a criação de um Parque de área contínua como primeira medida, e um estudo rigoroso da legislação que hoje vigora, da parte dos juristas, que eventualmente pode levar a novas propostas o próprio Estatuto e Legislação.

Cláudia Andujar



DOM PAULO FAVORÁVEL A UMA CGT E UNE

O Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, classificou como "uma necessidade" para o Brasil, a existência de organismos como a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). A afirmação foi feita em Campinas-SP, em entrevista à imprensa, quando falava da importância do papel das "sociedades intermediárias", a exemplo de sindicatos, cooperativas, associações e comunidades de base para a criação de uma sociedade mais justa.

A CNBB PREPARA PASTORAL VOLTADA PARA OS POBRES

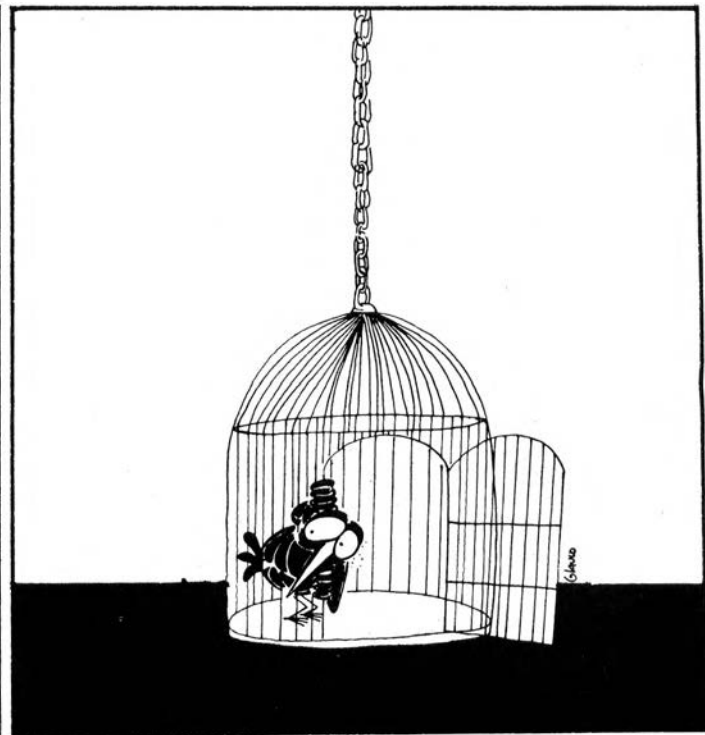
A presidência da CNBB e membros do Conselho Episcopal de Pastoral estão estudando plano bienal, que prevê uma ação da Igreja, para os próximos dois anos, voltada prioritariamente para os pobres. Ao analisar a situação vivida pela maioria do povo latino-americano, os bispos afirmam que a pobreza tão escandalosa registrada nesses países não faz parte inevitável da ordem do universo, "mas é fruto do egoísmo de alguns e meio para o enriquecimento maior dos ricos. Ela tem raízes nas estruturas injustas da sociedade latino-americana".

DÓLARES PARA CONTROLE DE NATALIDADE

Mais de 5 milhões de dólares, aproximadamente 105 milhões de cruzeiros, provenientes de diversas organizações estrangeiras, foram investidos no País entre 1969/77, sem nenhuma supervisão por parte do governo brasileiro, para beneficiar programas direta ou indiretamente ligados ao controle da natalidade, especialmente os executados pela Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar - Benfam. São 16 os projetos implantados no Brasil com esta finalidade. Segundo um relatório elaborado pelas Nações Unidas, "o governo brasileiro permite aos Estados e municípios levar a cabo o planejamento familiar, ou entrar em acordo com a Benfam, que tem sido particularmente ativa e vem trabalhando através de agências governamentais, a nível estadual e municipal.

LUTERANOS PEDEM POR 200 FAMÍLIAS DE POSSEIROS

O presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Sr. Augusto Konert que esteve em entrevista com o presidente da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), e através de quem pedirá a intervenção do governo para o remanejamento de 200 famílias de colonos que ocupam "ilegalmente" terras dos índios Surui, no Parque Indígena Anpuanã (RO). "É preciso defender o legítimo direito do Índio e sua terra, mas julgamos também nossa, a luta pelo direito que o pequeno agricultor tem a um pedaço de terra suficiente para si e sua família", afirmou Konert.



CAMPONESES SEM SALÁRIOS

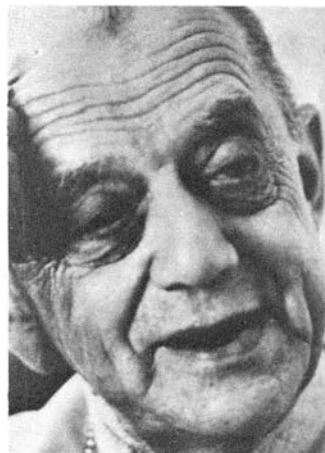
O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhaém em São Paulo, Arnóbio Vieira da Silva, denunciou que as três maiores fazendas produtoras e exportadoras de banana do litoral sul do Estado: Banáurea, Berigui e Mambú, não vêm pagando a seus trabalhadores há vários meses. Esta é a quarta vez, nos últimos dois anos, que os empresários atrasam os salários. Na Mambú, os lavradores não recebem o reajuste de 42% conseguido em setembro do ano passado, e que lhes daria um salário de Cr\$ 1.760; e depois disso não foi feito o reajuste para o novo salário mínimo de 1979. Segundo o dirigente sindical, os proprietários da Mambú, além de reter o dinheiro dos lavradores, fazem "uma série de ameaças aos trabalhadores, a fim de que não se queixem ao Sindicato".

PADRE DENUNCIA EMPRESAS E ÓRGÃOS ESTATAIS

O Padre Freddy Servais, Secretário da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Regional III da CNBB que abrange os Estados da Bahia e Sergipe, acusou as empresas e os órgãos estatais que atuam na região do São Francisco (SUDENE, CODEVASF, DNOCS, IBDF, CHESF e outros) de contribuir para o aumento das tensões sociais provocadas pelas disputas de terras. A denúncia foi feita em Salvador, no dia 6 de junho último, em depoimento que o religioso prestou perante a CPI instaurada na Assembléia Legislativa com o objetivo de apurar o fenômeno da grilagem. Servais em seu relatório de 15 páginas, lembrou ainda o exemplo do Espírito Santo, Estado onde o reflorestamento teria sido o responsável pelo desalojamento de cerca de 300 mil pessoas.

QUATÁ EM PÂNICO

Quatá é um município paulista que tem vivido, ultimamente, dias de apreensão, causada pela paralisação total das atividades da Usina Santa Lina, de propriedade da empresa José Giorgi S.A. que entrou na justiça com pedido de concordata. Dos 16 mil habitantes do município, 60% dependem direta ou indiretamente da Usina Santa Lina.



DOM HELDER CHAMA A ATENÇÃO PARA PERIGO DAS MULTINACIONAIS

Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife disse na Assembléia Legislativa de Pernambuco que toda abertura política será ilusória e poderá ser perdida em instantes enquanto a Segurança Nacional, se constituir idolatricamente, em seu valor supremo. Declarou também que as greves são uma prova de que há necessidade urgente de mudança do sistema econômico altamente elitista em que vivemos que jamais permitirá o desenvolvimento integral de todos os brasileiros. E alertou para a "situação das multinacionais, que superam os governos mais fortes, com sua aliança entre o poderio econômico e o militar".

CAJÁ: PROVAS CAMBALEANTES

O advogado do membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese do Estado de Recife, Edval Nunes da Silva, o Cajá, entrou com recurso junto ao Supremo Tribunal Militar para anular a sentença de 1 ano e 3 meses de reclusão a que Cajá fora condenado. O advogado argumenta que "as provas deste processo são cambaleantes, precisam de muletas, são traiçoeiras, conquanto forjadas e montadas que foram pelos homens da Polícia Federal de Pernambuco".

DESPEJOS EM VITÓRIA

A Comissão Justiça e Paz de Vitória, lançou uma nota oficial diante dos sucessivos despejos de famílias ocupantes de barracos em terrenos urbanos da Grande Vitória. Em síntese, o documento responsabiliza o sistema econômico-social pelo aumento explosivo da população das grandes cidades. No caso de Vitória o fenômeno foi agravado pelas enchentes que atingiram o Estado sem que as populações flageladas tivessem tido a devida assistência da parte do governo. O documento toma posição em relação às famílias, afirmando:

"As famílias que, sem condição de pagar aluguéis, ocupam o solo urbano, construindo barracos não cometem crime. Agem sob o impulso do direito de sobreviver, buscam a moradia que é garantida pela declaração dos Direitos Humanos".

A Comissão denuncia despejos executados pela polícia e pela Prefeitura sem a cobertura da única ordem que torna o despejo legal: a do juiz da Vara Cível.

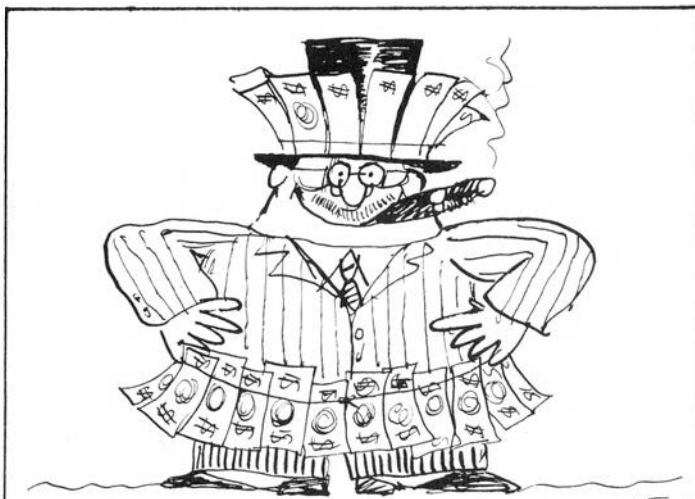
O GRITO DE SOCORRO DOS OPRIMIDOS

"Consideramos os sinais destas manifestações como um 'grito de socorro' de grande parte do povo, que espremido pela pressão econômica se vê na contingência de não ter as condições para a sua sobrevivência. Mesmo que grupos os mais diversos possam aproveitar dessa situação, os sinais que aí temos são sinais autênticos de nossa realidade, clamando por uma mudança de política sem que esta seja social e econômica, sem que haja a presença e a manifestação dos mais simples valores de justiça".

Este é um dos trechos da declaração "O reflexo das atuais manifestações das classes" do bispo metodista de São Paulo, Nelson Luiz Campos Leite, sobre os recentes movimentos de mobilização e protesto que acontecem nos quatro cantos do país.

ENCONTRO DENUNCIA EMPRESA OFICIAL

Os problemas fundiários, de grilagem e de indenizações não pagas por entidades oficiais que executam projetos na área, entre outros, constituíram o temário do encontro da "Comissão de Justiça e Não Violência", que se realizou de 28 de junho a 1 de julho em Caraíba, diocese de Juazeiro, no norte da Bahia. Do encontro participaram 60 pessoas: 7 bispos, padres, freiras, leigos, trabalhadores rurais e das cidades. Foram analisados 4 casos de violência contra lavradores nordestinos por empresas, como expulsão de terras e derrubada de casas, em muitos casos sem mandato judicial. Do encontro foi tirado um documento intitulado "Carta de Caraíba" onde denuncia principalmente a atuação da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) na região.

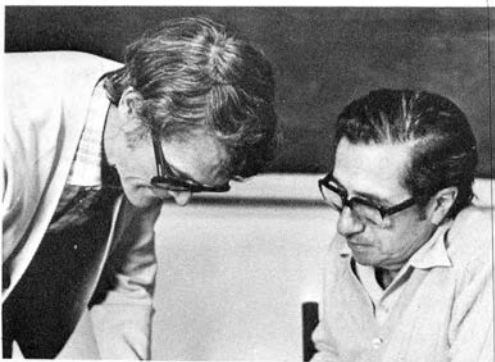


SALÁRIOS DA FUNAI

O jesuíta Antonio Iasi Junior, ex-secretário do CIMI aponta os altos salários da FUNAI como o fator responsável pela acomodação de muitos funcionários e das oportunidades para a corrupção. Os salários da FUNAI se-

gundo o jesuíta são, entre outros:

Presidente: 79.554,00
 Superior Administrativo: 72.336,00
 Procurador geral, assessor: 67.485,00



A BÍBLIA É DO POVO COMO O CÉU É DO CONDOR...

No dia 20 de julho, festa do profeta Elias, inaugurou-se em Angra dos Reis o CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS (CEBI). Sua gestação vem de longa data e dela participaram pastores e padres intimamente ligados à pastoral popular.

O CEDI participou ativamente em sua elaboração e foi uma imensa alegria a concretização desta entidade irmã. O CEBI é de caráter ecumênico e encontra na pessoa do Frei Carlos Mesters o seu grande impulsionador.

A cerimônia de instalação do CEBI foi presidida pelo Secretário-Geral do CEDI, o professor Jether Ramalho, congregacional... Nela foi lida a ata de fundação e as finalidades do Centro:

1. O estudo da Bíblia e a difusão de seus ensinamentos por todos os meios;
2. Criar condições para formação de agentes de pastoral, capacitando-os a animar e aprofundar em suas comunidades, a reflexão bíblica;
3. Organizar e sistematizar todo o material vindo das comunidades eclesiais de base e da pasto-

ral popular, em geral referente ao uso da Bíblia assim como o que é produzido por outras entidades que abordam temas bíblicos;

4. Divulgar estudos, análises e ensaios bíblicos que possam oferecer subsídios à pastoral popular.

Mais tarde, foi realizado um culto ecumênico presidido por D. Luis Fernandes, Bispo de Vitória e Rev. Carlos Cunha, pastor do Presbitério Rio-Norte. Nele participaram representantes pastorais do Norte e Sul do País e vários membros das comunidades de base de Angra dos Reis.

O CEBI funcionará no Convento do Carmo, em Angra dos Reis e sua diretoria é composta de D. Valdir Calheiros, bispo de Volta Redonda — presidente, Zwinglio Motta Dias pastor presbiteriano — secretário, e Rev. Iranildes Dutra, pastor metodista — tesoureiro. O Conselho Fiscal do CEBI é composto por D. Vital, Jether Pereira Ramalho e Frei Jorge. O diretor geral do CEBI é o Frei Carlos Mesters o secretário executivo, Eliseu Lopes e Vera Lopes documentalista.

A REVOLTA DOS ÍNDIOS

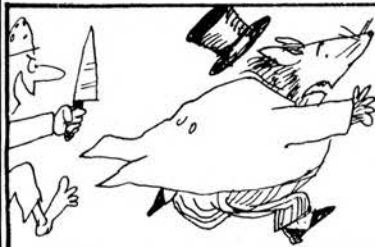
O Conselho Indigenista Missionário — CIMI — apoiou a atitude dos indígenas Kaingangs, que expulsaram o chefe do posto indígena de Chapecó, Santa Catarina, João Mader. “A revolta dos índios — afirmam os missionários — significa uma reação a um século e meio de extermínio, exploração e opressão enfrentados por todas as comunidades indígenas do País”. No caso específico de Chapecó, os missionários afirmam que o funcionário da FUNAI expulso, permaneceu durante 11 anos na área, garantindo bons lucros ao órgão, especialmente através da serraria existente na região, além dos projetos agrícolas e fazendas de gado. Suas atitudes ditatoriais o faziam temido por índios e brancos, ora exercendo a força e a violência, ora reprimindo e ameaçando missionários ou castigando e atemorizando os indígenas.

TRINDADE

O oficial de justiça Aparecido Félix de Almeida concluiu o despejo das 16 restantes famílias de posseiros da Vila Trindade no distrito de Parati, Estado do Rio, com uma ameaça: “O juiz Ulisses Monteiro Ferreira mandou dizer isso: se voltarem, a gente derruba as casas e manda prender todos.” Em seu gabinete no Fórum de Parati, o juiz confirmava: “Se os posseiros voltarem estarão descumprindo a ordem judicial, aí eu mando derrubar tudo.”

Os posseiros, no entanto, já esperavam por isso e aguardavam a chegada do oficial de justiça, já fora de suas casas e com seus pertences guardados em uma caverna local, que está servindo de moradia para diversas famílias despejadas. Acompanhado de policiais funcionários da Companhia Trindade de Desenvolvimento Territorial e alguns bombeiros, o oficial de justiça iniciou o despejo e, em menos de duas horas todas as casas das famílias atingidas pelo despejo já estavam lacradas.

“Não podemos deturpar a Lei por causa de problemas sociais. Temos que adaptar os problemas sociais à Lei”, justificava-se ontem o juiz Ulisses Monteiro Ferreira.



“A população deve não apenas matar, mas comer rato. O que existe em torno dele é um grande preconceito, e por isso a comunidade não aceita a idéia de comê-lo.” disse o médico Amaury Vasconcelos, coordenador de Epidemiologia da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco.

PAULO FREIRE CHEGA DEPOIS DE 15 ANOS E QUER REAPRENDER O BRASIL

“Olho a mim mesmo e me vejo feliz. Não tenho mais do que isso a dizer, agora. Pelo profundo respeito que tenho a esse povo, tenho de reaprender o Brasil, depois de 15 anos de ausência, antes de dar qualquer palpite sobre a vida no país.”

Exilado desde 1964, vindo de Genebra, o professor Paulo Freire começa seu “processo de reaprendizagem do Brasil”. Pretende voltar em definitivo no ano que vem. Faixas de “bem-vindo, Paulo”,

“anistia ampla, geral e irrestrita”, foram abertas no aeroporto. Ele só obteve passaporte, 48 horas depois de ter impetrado mandato de segurança.

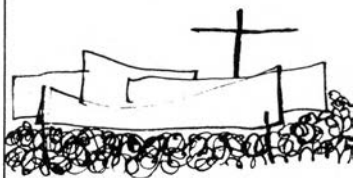
Em meio aos abraços, o professor Paulo Freire não escondia sua emoção e repetia: “Vejo minha volta com uma alegria enorme. É com uma alegria quase menina que chego de novo ao Brasil, 15 anos depois”.

Paulo Freire esteve no CEDI e concedeu entrevista que será publicada no próximo número de TEMPO E PRESENÇA.



BISPO RECEBE DENÚNCIA DE SEVÍCIAS NO RIO

O Bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, D. Carlos Alberto Navarro, após receber do advogado de 2 presos da 38ª DP, Miguel Heuseler uma carta e uma fita gravada contendo denúncias de sevícias e torturas e indicando nominalmente os culpados, disse: "Um estado que pretende ser democrático, não pode conviver com o desrespeito, flagrantes inomináveis, dos direitos humanos". A intenção de gravar a fita, segundo o advogado, foi a de fazer um "alerta às autoridades" quanto aos abusos contra presos e suas famílias, como no caso em que 23 pessoas ligadas por parentesco aos acusados, foram raptadas, presas e torturadas. O advogado pediu ao Bispo que organize um manual de direitos e garantias individuais para ser distribuído em paróquias, para que a população menos favorecida tenha maior conhecimento dos seus direitos e de como deve se conduzir a esse respeito.



IGREJA APÓIA GREVES MAS NEGA CONOTAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA

A defesa do direito de greve; tanto aberta como no caso dos bispos de S. Paulo, quanto implícita, através da cessão de locais de reunião aos grevistas ocorrido em outros Estados, incorporou-se definitivamente aos objetivos da Igreja brasileira. A CNBB procura ressaltar sempre o aspecto de reivindicação social mas procurando desvincular a Igreja de manifestações político-partidárias e ideológicas.



O EXTERMÍNIO DOS PARAKANÃ

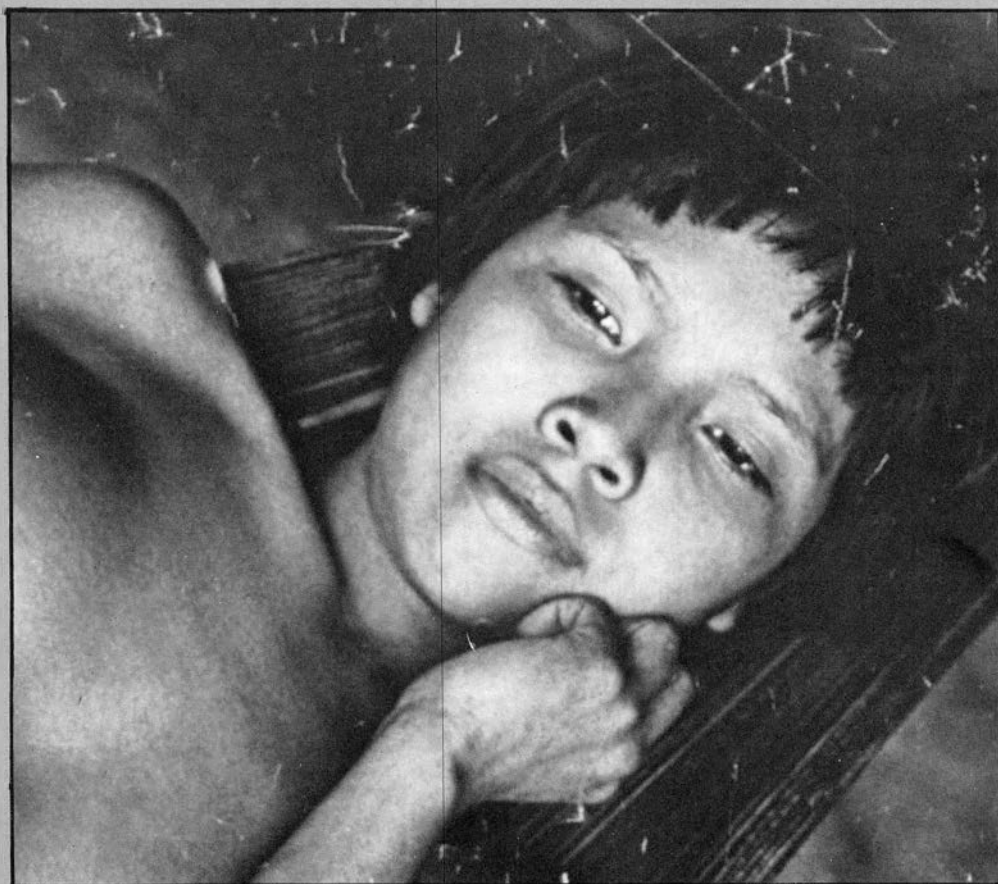
"Não vamos chorar a nossa morte na morte dos Parakanã, neste momento abatidos por uma gripe de proporções catastróficas que ameaça exterminar toda uma nação. Não vamos lamentar a desintéria, a malária, a poliomielite, a fome, as chacinas e os envenenamentos que há anos — depois do contato com o branco — se constituem nos aliados mais eficientes dos empresários encarregando-se de desocupar — através da morte — as terras indígenas do sudoeste do Pará. Não vamos manifestar vergonha pelo que fizeram os agentes da FUNAI cometendo violências sexuais contra as índias Parakanã e transmitindo-lhes doenças venéreas, não vamos sequer derramar uma só lágrima ou esboçar um só lamento de dor — neste chamado Ano Internacional da Criança — pelas crianças Parakanã que nasceram cegas em decorrência do sadismo brutal e monstruoso dos agentes da "sifilização".

Com este texto, inicia-se o editorial de julho do jornal PORANTIM em defesa da causa indígena denunciando a invasão das terras indígenas pelas ferrovias, pela rodovia Tocantins e pela Transamazônica e tudo o que isto acarretou de submissão e degradação dos índios. O jornal lembra ainda os grupos econômicos que se estabeleceram na área e formularam o projeto da Hidrelétrica de Tucuruí e os projetos madeireiros.

Falaram...

- "Há sete anos estamos lutando pra conseguir um pedacinho só. O branco está ocupando tudo, por isso cortamos um pedacinho só para poder caçar, pescar, viver. Fazer outra aldeia. Muitos fazendeiros não querem sair, não querem deixar nem mesmo com polícia. Missionários que estão dando por nós a vida, ainda conhecimento para nós. Por que o branco vai aumentando só o índio ir para o abismo. Nós podemos ficar mais amigos conhecendo índios de outras tribos".
(Wairotsu, Xavante)
- "Nossa gente está dividida. Eu não sei pra onde meu pai foi. Pessoal chegou lá com polícia pra levar nossa gente, na marra. Eu não quis ir. Eu quero juntar todo o meu povo".
(Topareipo, Kayabi)
- "Meus irmãos, chamo de irmãos porque sou índio. Sou irmão da mesma cor, do mesmo massacre. Tenho mesmo sangue. Conheço muita aldeia onde vi muita pobreza. Carro entrando nas aldeias. Só conhecia padres pregando sermões. Não conhecia padres defendendo os índios. Aqui vi o direito que eles mostram e dão. A mesma coisa que os Xavante, os Karakati e outros precisam de um turrão para cavar um buraco para tirar água. O CIMI e a Missão só terão força com o ritmo de vocês".
(Sanpré, Xerente)
- "Eu não sou bobo não, eu falar. Agora fazendeiro que vem eu fui pra cima dele. Agora japonês não aparece mais. Escolhambou nós. Mandei empregado FUNAI não mexer com nós. Amansar nós, não".
(Yupareipo, Kayabi)
- "Nós ia acabar antigamente só duas casas. Agora aumentar. Precisamos terra. Fazendeiro não gosta. No tempo do padre Francisco (Jentel) é também assim: fazendeiro tirar terra dos posseiros, pessoal falar que precisa assustar para ver que Tapirapé querer matar posseiro. Nós não briga, não. Se ele matar, nós mata. Nós era muito está acabando. A polícia foi até na aldeia. Um barco cheio. Marcos disse que se vier polícia, não deve correr. Polícia encostou. Todo mundo foi ver o que era. Índio Tapirapé não vai armado na aldeia de outro. Índio não é bicho, não é porco. Por que ir armado?".
(Txuãeri, Tapirapé)
- "Nossa reserva é grande, mas a terra é pobre. Brancos levaram algumas famílias nossas para trabalhar como escravos. Para trabalhar no seringal".
(Ahezumaré, Pareci)
- "Nunca tinha visto caraíba (civilizado) só conhecer holandês, americano. Os americanos levou nós para a outra missão no Suriname. Nós debaixo do céu, na cabeceira de todo rio tem índio, mas um só corpo. Língua diferente, nós tudo igual. Todos, primeiro, usava a mesma tanga".
- "Nós não conhecia os padres. Só marreteiro. Ensinavam caçar, fazer sarga (peixe aberto salgado). Agora estou vendo que faziam covardia com nós. Vendiam coisa cara, até cachaça. Nós era como menino: quando manda fazer alguma coisa ele faz".
(Musoku, Kaxuyana)
- "Atendemos convite, em sinal de união. Todos somos brasileiros, mais brasileiros do que os civilizados. Somos filhos legítimos desta terra. Temos todo direito de ter um pedaço de terra, nessa terra que é nossa. Os brancos querem tirar nossas terras, querem acabar com nós. Devemos estudar como nos defender dos brancos e temos esperança de vencer os fazendeiros. Os brancos consideram o índio como bicho, mas somos gente como eles. Devemos confiar nos padres que defendem nós. Até dá a vida por nós. Nosso problema é terra. Estamos aqui para saber como defender nossa reserva. Um vai ajudar outro para saber como fazer".
(Txibaibou, Bororo)
- "Nós temos que fazer assim: sustentar a questão nossa. Não confiar muito na FUNAI, nem na autoridade. Ela não vem ver o que está acontecendo. Até que venha a providência, já morremos cinco ou seis vezes. Dou este plano. Se companheiros não concordam têm liberdade de dizer não".
(Aidji, Bororo)

Documento elaborado sob orientação da Secretaria de Missão e com autorização do Conselho Diretor



Carta Pastoral

às comunidades da Igreja Evangélica de confissão Luterana sobre a situação do índio no Brasil

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Prezados irmãos:

Esta Carta Pastoral, que ora lhes enviamos, surgiu a partir de fatos reais ocorridos com alguns grupos indígenas no Brasil. Ela representa uma preocupação dos missionários da IECLB. Ela quer propor uma reflexão em torno do presente e do futuro das minorias indígenas no Brasil. Sabemos pelo Evangelho que os índios, como nós, são filhos amados de Deus. O seu destino, portanto, não pode ser ignorado por nós. É preciso que se crie uma consciência nacional em prol da

Causa Indígena. E nessa tarefa a Igreja tem um papel importante a desempenhar.

Que se leia esta Carta nos grupos de jovens, de senhoras e de homens, nos grupos de oração, nos presbitérios, e se medite sobre suas considerações. Que assim, a partir de uma reflexão evangélica comprometida, possam surgir, das diversas comunidades de confissão luterana, vozes que se levantem em favor das minorias indígenas, em favor do direito que estas minorias têm de viver com dignidade, de escolher sobre o seu futuro, de preservar sua cultura, seus costumes, sua língua, sua

particularidade como povo. Possam, assim, tais minorias dar sua participação ao povo brasileiro. Numa sociedade competitiva e individualista como a nossa, muito temos a aprender da solidariedade e vivência comunitária que encontramos nos grupos indígenas.

Por ser uma Carta dirigida a toda a Igreja, forçosamente ela precisou ser resumida e breve. Importa que os pontos aqui abordados sejam aprofundados de acordo com a realidade de cada região e o interesse dos seus leitores.

Seja a paz de Cristo com todos vós.

UM POUCO DA HISTÓRIA

19 de abril. Dia do Índio. Reunidos nas Ruínas de São Miguel (RS), na VIII Assembléia de Chefes Indígenas, em 1977, caciques e índios fizeram uma importante proclamação que começa assim:

O dia 22 de abril de 1500, quando Pedro Álvares Cabral, pela primeira vez, pisou nestas terras, foi o começo da expansão da civilização ocidental e o começo do fim das sociedades indígenas.

Foi assim que, lado a lado com a tomada progressiva de sua terra, ocorreu a destruição dos povos indígenas, desta terra que mais tarde veio a chamar-se Brasil.

Nos idos de 1500, os índios eram 7 milhões. Hoje, dramaticamente reduzidos, talvez somem 200 mil! Sua situação é de grande miséria. Os que não andam dispersos pelos campos e cidades estão confinados em áreas de terra pertencentes ao Governo Federal, são as Reservas e Parques Indígenas. Para proteger os grupos indígenas sobreviventes foi criado em 1968 um órgão federal, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Antes da FUNAI existia o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), também um órgão federal, que surgira em 1910, sob a inspiração do Marechal Rondon. O SPI foi responsável por um importante trabalho de demarcação de muitas áreas onde hoje se encontram grande número das tribos sobreviventes. Por diversos motivos, o SPI foi extinto e em seu lugar surgiu a FUNAI, que assumiu as tarefas de proteção e assistência aos grupos indígenas.

A QUESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

A FUNAI é hoje o órgão federal responsável pela demarcação e proteção das terras pertencentes aos índios que sobreviveram até os nossos dias.

Para realizar sua tarefa, foi criada em 1973, uma lei especial, o Estatuto do Índio. De acordo com essa Lei, os índios são colocados sob a tutela do Estado, e merecem, portanto, um tratamento especial. O Estatuto do Índio fixa então diversas regalias, uma das quais é a propriedade da terra.

Para que a propriedade das terras indígenas fosse assegurada definitivamente às comunidades indígenas, o Estatuto do Índio fixou, em seu artigo 65, 1978 como o

ano-limite para a demarcação das terras, com a conseqüente desocupação das mesmas em favor das comunidades indígenas. Essa Lei é tanto mais importante quando a gente reconhece que a terra é condição de sobrevivência para os índios. São os próprios índios que afirmam:

O nosso clamor se eleva aos quatro cantos do país, não para exigir projetos de saúde e desenvolvimento comunitário. Isso é secundário no drama histórico atual dos povos indígenas do Brasil. O que nos importa no momento é a garantia de nossas terras, nossa herança e o berço de nossas tradições culturais. . . Nessa oportunidade queremos conclamar a todos os índios e não somente aos índios, mas a todos aqueles que, de sua consciência, querem o bem-estar dos índios. Que seja cumprido o que a FUNAI disse há 5 anos atrás (Lei 6001): que no prazo de 5 anos fará demarcar todas as áreas indígenas. O não cumprimento deste item, cuja promessa consuma-se este ano, será o maior



crime contra as sociedades indígenas que a política indigenista pode infligir. É crime contra as sociedades indígenas porque o Governo está fazendo uma grande ruptura numa tradição milenar das comunidades indígenas que é o centro de nossa força e nossa união. É uma unidade de um povo que não deve deixar de existir. (Declaração da XI Assembléia de Chefes Indígenas. Aldeia Xavantes de São Marcos (MT), maio/1978).

Por razões que não nos cabe aqui discutir, muito pouco tem sido feito pela FUNAI para que esta Lei se cumpra no tempo previsto. Esta inoperância do órgão oficial tem forçado os índios a fazer cumprir a LEI por sua própria conta, cansados que estão de esperar pelas soluções oficiais. E assim surgem conflitos com colonos que se encontram instalados nas áreas indígenas, muitas vezes com autorização do próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

AS ÁREAS DO SUL

É fato conhecido amplamente que quase todas as áreas indígenas localizadas nos três estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em número de 20, se encontram intrusadas por colonos não-índios, os quais em sua maioria são agricultores pobres e sem terras. Sem dúvida, eles merecem uma atenção especial por parte do Governo. E aí está o INCRA que deveria encontrar terra para quem não tem terra. Se este pequenos agricultores invadem a terra do índio, o fazem acossados pelos grandes proprietários que cada vez concentram mais terras em suas mãos, ou por empresas agropecuárias que também monopolizam a terra. Desta forma, tanto o índio como os pequenos agricultores, são vítimas de uma injusta distribuição das terras no Brasil. Mesmo assim, é bom não esquecer que também existem casos onde os intrusos das terras indígenas são grandes proprietários que não necessitam destas terras, e se as usam é por pura ganância.

Diante desta situação, os índios passaram a iniciativa, já cansados de promessas sempre de novo renovadas, mas jamais cumpridas.

Os Kaigangs e Guaranis de Rio das Cobras, município de Laranjeiras do Sul, Paraná, foram os primeiros que, num movimento firme, expulsaram todos os intrusos de sua Reserva.

Seguindo o exemplo dos seus irmãos do Paraná, os Kaigangs de Nonoai, norte do Rio Grande do Sul, deram início, no mês de maio, à expulsão de todos os colonos não-índios que se encontravam já há muitos anos em sua área. Após se organizarem em patrulhas indígenas, foram de casa em casa exigindo a imediata saída dos colonos, com a família e os pertences que pudessem levar junto. Como consequência, numerosas famílias ficaram ao

relento, à beira das estradas, esperando uma atitude das autoridades do Governo.

Para os índios, parece que este foi o último recurso para poderem viver e trabalhar livremente nas terras que, por direito inalienável, lhe pertencem. Ouçamos um dos líderes Kaigangs de Nonoai:

Faz cinco meses que nós começamos a movimentar. Primeiro embargamos a soja. Estudamos bem. Depois convocamos a comunidade e decidimos tirar os colonos. A terra é do índio, nós já esperamos demais e ninguém resolveu o problema. (Coojornal, maio/78)

Para os colonos os sofrimentos não são menores. Um dos posseiros de Nonoai afirmou:

Como se vê, estou aqui há mais de quinze anos, tenho filhos aqui, e agora nem sei mais nada, porque alguma coisa está errada, se deixaram a gente tanto tempo criar raiz, agora não deve mandar embora tão urgente, tão depressa, nesse prazo que não dá pra sair. Os índios estão certos, mas nós também estamos certos, só trabalhamos para sustentar nossa família, a gente é pobre, não tem terra pra trabalhar, vai fazer o quê?

(Boletim do CIMI, 46 - maio de 78)

CAUSAS DESSA SITUAÇÃO

Poderíamos perguntar tanto com o índio como com o colono, por que "ninguém resolveu o problema". Mas parece que fica difícil responder a questão, procurando aqui e ali um ou outro culpado. Na verdade, as causas dessa situação se prendem à uma errada estrutura fundiária existente no país. É o que nos diz o Prof. Silvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina: "Não cabe aos índios suportar os ônus decorrentes de uma estrutura fundiária falida, como a que temos atualmente no país."

De outra parte, também não se pode deixar de responsabilizar os empresá-



rios civilizados que, sistematicamente, se têm beneficiado do patrimônio existente nas reservas indígenas, como é o caso da madeira. O Prof. Silvio Coelho acrescenta ainda que "nem se pode aceitar que um órgão como a FUNAI preencha lacunas em seu orçamento, através da exploração das terras que aos índios estão asseguradas" (Correio do Povo, 27/5/78).

Como vemos, "a grande questão que os acontecimentos de Rio das Cobras e Nonoai nos colocam é a necessidade inadiável de uma Reforma Agrária. Uma completa e total reformulação na estrutura agrária do país, sem a qual não há solução possível para esse tipo de conflitos que a cada dia se tornam mais freqüentes. Ora entre posseiros e índios, ora entre posseiros e fazendeiros. Não há como fugir a esta evidência: está na concentração da terra nas mãos de uns poucos privilegiados - entre os quais muitas empresas estrangeiras -, está, em suma, no latifúndio a raiz do conflito entre esses dois grupos de marginalizados, índios de um lado e posseiros do outro". (Boletim do CIMI, 46, maio de 78).

A MISSÃO ENTRE OS ÍNDIOS

A IECLB assumiu uma responsabilidade no trabalho e convívio com os índios, quando, no início da década de 60,

decidiu realizar um trabalho missionário entre os índios Kaigang de Guarita, Rio Grande do Sul.

O alvo que este trabalho missionário persegue, é o desenvolvimento da comunidade indígena, a partir da cultura indígena, pela realização do Evangelho. Para que este Evangelho seja palavra viva no seio da comunidade indígena, é preciso que, nas relações entre índios e não-índios, haja justiça. E esta justiça só pode concretizar-se com a liberação das terras indígenas para o uso exclusivo da comunidade indígena. Daí que no trabalho missionário o tema da terra desponta como prioritário.

Enquanto para a nossa sociedade a terra é objeto de produção e lucro, para os índios ela é fonte de subsistência acima de tudo, "o seu chão cultural, portadora de sua história, prene de seus mitos, habitada por suas tradições, referência básica de seus valores". E assim, "sua terra mãe, onde repousam seus antepassados, sua pátria, povoada de seus mais caros mitos e símbolos. Fora de sua terra de origem, o índio vive como em estado de exilado" (Boletim do CIMI, março-abril de 78).

Por tudo isto, em nossa perseguição missionária entendemos como um compromisso evangélico estar totalmente solidário com a luta dos índios para a defesa de sua terra.

Nesse sentido, um dos aspectos importantes e prioritários do nosso trabalho missionário é estarmos atentos às lutas concretas que as lideranças indígenas no Brasil vêm levando corajosamente, como ficou mais uma vez manifesto na sua última Assembléia de chefes Indígenas — realizada em maio deste ano, na aldeia Xavante de São Marcos, Mato Grosso.

A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO

A imprensa brasileira tem noticiado com muita frequência nos últimos meses, informações de que o Ministro Rangel Reis, do Ministério do Interior, está por levar ao presidente Geisel, um Projeto de Emancipação dos Índios. Conforme o ministro, esta nova Lei tem o objetivo de entregar ao índio a posse e o domínio de suas terras, libertando-o da tutela do Governo. Ela prevê então dois tipos de emancipação: uma gradual e outra individual. Pela emancipação gradual, a comunidade indígena receberia do Governo a posse e o domínio de suas terras, mas só poderia negociá-la após uma carência de dez anos. Pela emancipação individual, a doação dependerá da situação do indivíduo índio, que pode ser agricultor ou não (Jornal do Brasil, 12/5/78).

Imediatamente, um grupo dos mais bem conceituados antropólogos brasileiros fizeram chegar à opinião pública seu decidido repúdio ao projeto do Ministro. No seu manifesto, eles afirmam: “Na realidade, com esta tentativa de alteração do Estatuto do Índio, o Estado está querendo abrir — após mais de 400 anos de espoliação — canais legais para se isentar da responsabilidade da tutela das comunidades indígenas. É, ao contrário, o momento para o Estado reconhecer e garantir às populações indígenas a propriedade de seu território, registrando-o devidamente e em forma de propriedade coletiva, contínua, inalienável e suficientemente extensa para permitir o incremento da população” (As palavras foram grifadas por nós) (Boletim CIMI, 45, março-abril de 78).

Foi considerando isto que a Comissão da Missão entre os Índios enviou ao Conselho Diretor da IECLB um documento onde se posicionava este projeto do Governo, enumerando alguns pontos como sugestão:

a) que, ao contrário da emancipação acelerada, o Governo cumpra com os seus

compromissos assumidos em 1973, no Estatuto do Índio, em seu artigo 65, com a demarcação de todas as reservas indígenas no país, bem como a desocupação das terras intrusadas por colonos e posseiros não-índios, e desta forma assegure a propriedade inalienável destas áreas às comunidades indígenas.

b) que qualquer projeto de lei referente às comunidades indígenas quanto aos seus legítimos territórios e sua organização social seja democraticamente submetido às lideranças indígenas autênticas.

c) que qualquer projeto de lei referente às comunidades indígenas quanto aos seus legítimos territórios e sua organização social seja democraticamente submetido à opinião pública nacional, às missões religiosas do país e, em especial, aos estudiosos de assuntos sociais e antropólogos das Universidades Brasileiras.

d) que seja fomentada a criação de canais intermediários (como, por exemplo, Assembléias de Chefes Indígenas, Escolas, etc), através dos quais os indígenas possam formar suas próprias lideranças, decidir sobre o seu destino e sua forma de vida comunitária.

A este respeito, os próprios líderes indígenas do Brasil fizeram uma clara exposição na sua XI Assembléia antes mencionada, que transcrevemos em seguida. É um texto tão lúcido que não merece qualquer adendo:

Queremos declarar que a emancipação do índio vai ser feita pelos próprios índios e não por aqueles que, em gabinetes, estão alienados da realidade indígena. As

áreas devem ser documentadas como propriedades coletivas. Se é que querem fazer isso”.

Esta palavra nos mostra que, antes de tudo, ao se tratar da Causa Indígena, é preciso ouvir o Índio. Pois, quando eles reivindicam “propriedades coletivas”, expressam com isso uma milenar experiência cultural, através da qual aprenderam que a terra é de todos, faz parte da vida da comunidade, da alma do seu povo. A terra para o índio não é um mero meio econômico. É uma realidade cultural, que se ama como uma mãe.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos esta Carta Pastoral não queremos esquecer de lembrar a todos os irmãos que o “amor de Deus constrange” (II Co 5.14) a nos empenharmos pela Causa dos Povos Indígenas, como se eles fossem os preferidos de Deus por serem os mais oprimidos. Pedimos, assim, que as questões que aqui expusemos com a maior seriedade sejam refletidas e estudadas à luz da Palavra Libertadora de Deus. Esperamos então que a partir desta reflexão toda a Igreja possa compreender melhor a situação dos Índios do Brasil, a fim de que nossa voz se junte a todos os, que sinceramente vêm defendendo as minorias indígenas de tal forma que o nosso amor se realize em palavras e ação, e nossa fé cresça.

*P. Friedrich Gierus
Secretário de Missão*





Bibliografia sobre Índios

Ribeiro, Darcy: OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO. Rio, Civilização Brasileira, 1978. Livro básico para leitura e consulta a respeito da história trágica do contato entre os povos indígenas e as frentes de expansão no período 1900/1960. Conta também a história do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) desde a sua fundação. Traz a lista dos povos indígenas e mapas com a sua localização.

Galvão, Eduardo: ENCONTRO DE SOCIEDADES. Rio, Paz e Terra, 1978. Reúne os ensaios fundamentais de um dos maiores antropólogos brasileiros a respeito de vários grupos indígenas com os quais teve contato. É possível ter-se um panorama, nos 40 e 50, dos grupos do Alto Rio Negro, do Maranhão, do Xingú, e a situação de contato que enfrentavam.

Davis, Shelton: VÍTIMAS DO MILAGRE, Rio, Zahar, 1977. Trata da situação enfrentada pelos povos indígenas, especialmente na Amazônia, diante da expansão recente do capitalismo selvagem nas áreas de fronteira. De leitura acessível, esse livro completa cronologicamente o trabalho de Darcy Ribeiro. Conta vários casos de povos indígenas específicos que nos últimos anos tiveram seus territórios invadidos, sua população acometida de doenças letais, pelo avanço das grandes companhias nacionais e multinacionais.

Mellatti, Julio Cesar: ÍNDIOS DO BRASIL. Brasília, Ed. Coordenada. Livro didático feito por um antropólogo competente, combate os preconceitos e desinformação da maioria dos manuais de história que são lidos ainda hoje nas escolas brasileiras. Para quem não sabe nada sobre índios é uma leitura inicial. Para os demais, obrigatória.

Meliá, Bartolomeu (Pe.): EDUCAÇÃO INDÍGENA. S. Paulo, Eds.

Loyola, 1979. Trata de maneira clara e didática de um tema candente e controverso. Os índios que mantêm contatos regulares com a sociedade nacional querem freqüentar as escolas, querem "educar" as crianças. E aí defrontam-se com uma estrutura escolar, oficial ou das Igrejas, que lhes nega a identidade. O que fazer? Quais os problemas da Alfabetização bilingüe? Estas e outras questões são sistematizadas pelo autor, depois de anos de atividade prática entre os índios.

Porantim: Jornal tablóide, 20 páginas publicadas mensalmente pelo CIMI NORTE I de Manaus. Traz notícias de 1ª mão e a leitura obrigatória para quem quiser se manter atualizado sobre a situação dos índios na Amazônia.

Cronologia: Março de 1971

DA SOCIEDADE DE BRASILEIRA

FRANCISCO ALENCAR
LUCIA CARPI
MARCUS VENÍCIO RIBEIRO



HISTÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

● O que é História?

Uma ciência tão importante quanto a Física ou a Matemática. Talvez mesmo a maior de todas as ciências, sem querer puxar a brasa pra nossa sardinha. A mais importante das ciências por que ela procura dar conta da sociedade humana, dos seus caminhos, dos seus impasses. A ciência da História nos dá as ferramentas para a compreensão do mundo e nos ajuda a entender que as guerras, a opressão, as revoluções, o atraso e o progresso não são frutos do acaso ou das boas ou más intenções de uns poucos "iluminados", mas sim fenômenos decorrentes de relações sociais bem concretas e, com um certo esforço intelectual, bem compreensíveis. A História tem por objeto o estudo das transformações da sociedade, e isso é fundamental para *qualquer* pessoa que queira saber um pouco o que está fazendo aqui na terra...

● Qual a visão de vocês do ensino da História do Brasil?

No disco Clube da Esquina número dois, Chico Buarque e Milton Nascimento perguntam "quem garante que a história é carroça abandonada na beira da estrada ou numa estação inglória". Pois esses que entendem a História como peça de museu ou algo estático, sem vivacidade, marcaram profundamente o ensi-

no da matéria. Quem de nós não detestou as decorebas, os nomes-datas-fatos que nos diziam ser importantes? A História ensinada e escrita, até bem pouco tempo, era mentirosa, onde só os vencedores contavam; uma história incruenta (especialmente a do Brasil, "terra da felicidade"...), sem suor, sem cor! Morta. Onde se descobre que não há nada mais a ser feito além de exaltar as realizações oficiais e relatar os episódios centrais: um papo monotemático onde desfilam Descobrimientos, Napoleão, Pirâmides, Marechais e Transamazônicas...

● Qual a contribuição do trabalho de vocês para mudar a realidade existente?

Tentamos mostrar que há um outro lado na realidade brasileira de ontem e de agora. O povo existe (1), brigou, entrou pelo cano, resistiu, cantou, dançou, esperneou, desesperou, errou, ganhou, perdeu. A História continua através da gente. A juventude não engole mais os manuais conservadores (no conteúdo e na forma) que só estimulam a criatividade quando levam a desenhar um óculos na Princesa Isabel ou a pintar de vermelho a boquinha do Maurício de Nassau... Chega de história, né? Tentamos também revelar que a História Republicana é muito importante, e que o Brasil não acabou em Vargas nem em 1964. Nem a História do Brasil nem os problemas brasileiros acabaram! E para mudar para melhor uma realidade é necessário conhecê-la: o objetivo maior da educação não é esse?

● Como vocês definem a obra?

É meio estranho "definir" um livro. A verdade é que o que há de bom ali foi feito do trabalho de muita gente: de alguns professores que nos

ajudaram a ter uma consciência crítica no período sombrio de nossa história recente, dos que enriqueceram e enriquecem a música popular (ela está cheia de histórias), dos literatos, do povo "oprimido nas vilas, nas filas, favelas", que, no mínimo, impressionaram esses autores de classe média e os estimularam a romper os limites estreitos de uma visão da História onde o que conta é o Poder. Talvez a maior garantia de que esse rumo tem futuro é a boa aceitação do livro: temos informação da adoção em cerca de 100 colégios de segundo grau e 15 cursos de nível superior. É um bom começo, né?

Francisco Alencar
Lucia Carpi
Marcus Venício Ribeiro

História da Sociedade Brasileira — Ed. *Ao Livro Técnico*, RJ, 1978.

para alcançar os resultados. É também preciso saber com quem se conta, é preciso conhecer bem a situação, as condições, a realidade em que essa ação vai se dar. É preciso planejar e controlar as etapas do que se vai fazendo, corrigir o rumo, mudar aqui e ali, quem sabe mudar até os objetivos a partir de dados concretos, situações e desenvolvimentos da ação que se planejou. Mas... e se tudo isso fosse uma enorme mistificação? Se, afinal, o que se nos apresenta como resultado de um planejamento científico, imaculado, não passasse de uma enorme empulhação, apenas uma maneira de impingir decisões tomadas em gabinetes fechados, em defesa de interesses escusos? E se por trás das fórmulas, do economês impenetrável, do linguajar tecnocrático se escondessem verdades e fatos extremamente simples? E se nos fosse possível, a nós todos não especialistas, dominar alguns instrumentos que nos permitiriam desmascarar os que tentam nos enganar? O livro de Francisco Whitaker Ferreira abre um debate importante e é feito em forma de diálogo, fartamente ilustrado, para servir como fonte de discussões e referências "Um modo de agir num mundo em permanente mudança".

Planejamento sim e não — pág 157, Ed. Paz e Terra, Rio, 1979. *Francisco Whitaker Ferreira*
Presença de Paulo Freire
Desenhos de Claudius



Chegou em minhas mãos o Tempo e Presença. Não poderia ficar quieto diante deste trabalho de vocês. Está muito bom. Coisas assim é que a gente precisa, gente com garra como vocês é que está faltando mesmo neste nosso Brasil. Continuem o trabalho. Creio que muitos frutos vocês já estão colhendo em nosso país afora. Contem conosco para o que for preciso.

Abraços sinceros deste seu irmão em Cristo e na luta pela Justiça Maior.

Pe. José Domingos Bragheto
Jaboticabal — SP

Gostei, gostei mesmo... de que?

— do número final do CEI (150)
— da nova fórmula Tempo e Presença (151)

— do suplemento Puebla! e Então? Muitos parabéns, é palavra "manjada" de acordo, mas diz tanta e tanta coisa...

Afinal é um prazer imenso para quem seguiu e leu todos os números (tenho — coleção — quase completa) do CEI, de Suplementos CEI, de Bíblia Hoje, e tudo o que Vocês editaram, ver a constância admirável de vocês e os contínuos progressos no campo formativo e informativo que Vocês promovem.

MUITO BEM. PARABÉNS. FORÇA E CORAGEM para continuar sempre. DEUS caminhando conosco, quem nos derrubar?

Pe. Gianfranco Confalonieri
Salvador — BA

Estimados irmãos em Cristo: o meu abraço fraterno à Equipe do CEI.

Meu estímulo pela transformação do Boletim CEI numa revista de formato e estética dos melhores que há no momento eclesialístico brasileiro. Sei que enfrentaram e enfrentam dificuldades de toda natureza, inclusive financeira. Neste último caso sou culpado por não ter renovado a minha assinatura e da Igreja onde sirvo como pastor no tempo próprio. Só me resta pedir-lhes perdão. Segue anexo o cheque rela-

tivo à minha assinatura, à assinatura da Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte e uma assinatura-presente para ajudar alguém ou alguma comunidade que necessite e se interesse por CEI. *Marcio Moreira*
Belo Horizonte — MG

Acabo de receber o antigo CEI, em sua nova forma: Tempo e Presença. Como sempre, rico em conteúdo e informações. Agora, melhor ainda, dentro de seu novo padrão. Felizmente podemos contar, ainda, com publicação de tal natureza. Penso que cada membro de qualquer denominação deveria possuir, em suas mãos, mensalmente, um Tempo e Presença. Parabéns.

Samuel Barcelos Medeiros
Santo André — SP

Caríssimos amigos: Durante vários anos recebemos com alegria o boletim CEI e seus maravilhosos suplementos. Agora vocês até decidiram melhorar e colocar um nome que expressa melhor a realidade do que já era o boletim do CEI: TEMPO e PRESENÇA.

De fato ele sempre foi, eu diria, uma Presença dentro do Tempo, da história, da realidade que vive nosso povo. Pedimos ao Pai para que agora Tempo e Presença seja ainda mais, se é possível, Presença no tempo.

Vocês querem continuar servindo às Igrejas e ao Ecumenismo. A tarefa não é fácil. Parece que no campo do Ecumenismo estamos até piorando. Com vocês, porém, acredito que o Ecumenismo só é possível de se realizar dentro da dimensão das Igrejas de abertura para o mundo. Neste sentido me parece que, sobretudo certas igrejas protestantes, estão indo para trás, cada vez mais fechadas, dogmáticas, moralistas e agarradas a formas fortemente alienantes.

O perigo existe para todos nós. Esperamos que Tempo e Presença nos continue ajudando no outro sentido.

Um abraço a todos em Cristo. *Pe. Balbino Rodriguez*
S. Mateus — E.S.



Planejar é preciso? Toda ação empreendida necessita de um mínimo de planejamento. É preciso saber o que se quer, como se quer chegar lá e de quanto tempo se necessita

Para quem quiser, na cobertura de qualquer tipo de ação. Planejar, para nós — a melhor possibilidade de se trabalhar — tem um sentido amplo, e é um método de trabalho aplicado por quem quer. É o modo que temos de nos organizar para alcançar os objetivos que nos propomos nos atingir. É o modo de fazer as coisas, de planejar.

Assim, se você está realmente interessado em chegar aos objetivos propostos, não há nada que não possa ser planejado. Não se trata de um método, mas de uma atitude. Não se trata de um método, mas de uma atitude. Não se trata de um método, mas de uma atitude.

Planejar não é apenas preparar, mas também controlar. É preciso saber o que se quer, como se quer chegar lá e de quanto tempo se necessita.

Planejar não é apenas preparar, mas também controlar. É preciso saber o que se quer, como se quer chegar lá e de quanto tempo se necessita.

Planejar não é apenas preparar, mas também controlar. É preciso saber o que se quer, como se quer chegar lá e de quanto tempo se necessita.



Bíblia hoje O Apocalipse de S. João

Carlos Mesters

1 – O Apocalipse: como surge?

Um “apocalipse” é uma determinada maneira de se ler a história a partir da fé. Os apocalipses surgem em épocas em que a visão de fé das comunidades é contestada e brutalmente desfeita pela violência dos fatos que vão ocorrendo. A mentalidade da sociedade maior que envolve as comunidades e a corrente da história que as permeia por dentro e por fora infiltram-se na opinião pública e declaram a existência baseada na fé como sendo uma existência desprovida de valor, sem fundamento, sem consistência e sem futuro.

Esta contestação generalizada que se abate sobre as comunidades minoritárias de fé e que, muitas vezes, estoura em perseguições provoca reações variadas e até opostas entre os membros das comunidades.

1 – Alguns, como os saduceus, os sacerdotes e os herodianos, envolvidos pelo medo e pela preocupação de salvar o próprio bolso e a própria pele, introjetam na sua consciência a visão dos opressores e procuram adaptar a vida da comunidade à corrente histórica. Eles tentam reler a fé a partir da visão dos opressores do povo e a esvaziam, assim, do seu conteúdo crítico e contestador.

2 – Outros, como os zelotes e essênios, desafiados pela agressão da sociedade, mas tendo em si, paradoxalmente, a mesma visão generalizada a respeito da inutilidade da fé para transformação da sociedade, fazem-se porta-vozes das forças contrárias à sociedade que continuam atuando dentro da história. Elas se transformam em movimento meramente político e tentam reler a fé em vista de seus próprios objetivos.

3 – Outros, ainda, desafiados pela agressão da sociedade, mas não se identificando com essênios e nem com zelotes, retomam com vigor a fé antiga no que ela tem de crítico e de contestador, e tentam reler os fatos a partir desta fé. Eles assumem a sua situação de fraqueza e de não-poder frente à sociedade e à história e tentam uma saída aparentemente alienante. Tendo como raiz e apoio o que hoje se chama a mística da fé, souberam conservar vivas no povo as forças da resistência contra a opressão e encontrar uma atitude política mais realista que os levou a uma vitória ainda que relativa. É deles que surgiram os apocalipses conservados na Bíblia.

Pois, não convém esquecer que os apocalipses, por sua vez, foram realizados por zelotes e essênios e por eles interpretados dentro de sua visão. Assim, surgiram muitos apocalipses. Isto talvez explique por que, entre tantos apocalipses surgidos no fim do Antigo Testamento e no começo do Novo, tão poucos tenham sido assumidos no “canon” dos livros sagrados, isto é, na “norma da fé” dos cristãos, pois no fundo, um apocalipse não se define pelo seu conteúdo, mas pelo seu gênero literário, que pode ser usado para vários objetivos, inclusive opostos entre si. A nós, aqui, interessa definir melhor o objetivo do apocalipse de São João, conservado no Novo Testamento.

Esquemmatizando um pouco as coisas, a gente pode dizer o seguinte: saduceus secularizam a fé, essênios e zelotes nacionalizam a fé, fariseus alienam a fé, e o apocalipse de João encarna a fé.

2 – O Apocalipse: o que é e como procede?

O apocalipse é fundamentalmente um mensagem de esperança para uma época de perseguição. Ele quer manter no povo oprimido a mística realista da fé e a resistência contra as forças opressoras. Ele atinge este objetivo através de uma releitura da história que elimine o efeito arrasador dos fatos sobre a fé. Esta releitura tem dois aspectos:

A Coragem da fé

Uma leitura da História a partir dos oprimidos

1 – De um lado, ela procura situar o momento presente da perseguição dentro do plano maior de Deus. A perseguição é vista como *etapa necessária* para se chegar ao fim da história, conduzida por Deus. Portanto, os fatos não estão escapando da mão de Deus, mas já estavam previstos por Ele, desde o começo.

2 – Por outro lado, ela procura mostrar como as forças opressoras não são as donas da história, mas meros empregados de Deus. Elas executam uma tarefa subalterna e estão a serviço do plano maior de Deus. Desta maneira, em vez de os fatos privarem a fé de seu conteúdo crítico e contestador, é a própria fé que priva os fatos de seu conteúdo crítico e contestador. Portanto, qualquer interpretação do apocalipse feita para meter medo e desespero no povo de Deus está fora do objetivo do seu autor, e deve ser considerada como falsa e errada.

O gênero literário usado pelos apocalipses para realizar esta releitura têm três características:

1 – *Apresentar como profecia o que já pertence à história.* O autor do apocalipse se transpõe para o passado, para o início do plano de Deus. De lá ele olha o futuro e apresenta como profecia o que já pertence à história. Assim, o autor do Apocalipse de São João, vivendo na época das perseguições de Nero (54 a 68) ou de Domiciano (81 a 96), se transpõe para o ano 33, isto é, para o momento da ressurreição de Jesus que marca o início da última etapa do plano de Deus. De lá, ele olha para o futuro e descreve “as coisas que devem acontecer muito em breve” (1,1) desde o ano 33 até o fim da história. É um recurso muito engenhoso que permite ao próprio leitor, durante a leitura, descobrir onde está situado o momento presente, por ele vivido.

2 – *Dividir a história em etapas, do começo ao fim.* As várias etapas do plano de Deus não correspondem ao desenrolar real dos acontecimentos, mas servem apenas para o leitor poder situar o momento presente dentro do conjunto e saber, assim, quando ainda falta para o fim. Geralmente, o momento presente é situado na penúltima etapa e, quase sempre, a última etapa, aquela que falta, é de curta duração. Assim, o povo perseguido se anima e dirá: “Falta pouco. Vamos agüentar firme, para que o fim chegue!” No apocalipse de São João se fala do livro fechado com sete selos. São sete etapas do plano de Deus. Jesus, o cordeiro que conquistou a vitória, preside ao desenrolar dos fatos, pois é ele que faz a história avançar pela abertura dos selos. Os primeiros quatro selos contêm alusões a fatos já acontecidos. A situação da perseguição das comunidades é facilmente reconhecível na descrição do quinto selo (cf 6,10). Falta só o sexto selo, pois o sétimo será o fim. E aos perseguidos é dito que falta muito pouco para que o fim chegue. (cf 6,11).

3 – *Expressar tudo por meio de visões e símbolos.* Do começo ao fim, tudo é símbolo, número, visão. Aparentemente alienado da realidade mas, de fato, tremendamente realista. O símbolo tem uma dupla função:

1 – É menos teórico e mais evocativo, menos racional e mais intuitivo, menos intelectual e mais popular. Evoca os grandes temas que, no passado, animaram a caminhada do povo e que estão sedimentados na sua memória. É uma maneira de recuperar a memória do povo e de colocar o passado a serviço do presente. O apocalipse é de todos os livros do Novo Testamento o que mais usa o Antigo.

2 – O símbolo revela e esconde ao mesmo tempo. Revela a quem tem olhos para ver e esconde a quem não tem olhos. Em épocas de perseguição, a linguagem simbólica surge espontaneamente. Hoje também. Por exemplo: “Fazenda Modelo” de Chico Buarque de Holanda. É que

a linguagem demasiadamente clara é perigosa e pode dar prisão. Os cristãos eram bons, mas não eram bobos. A linguagem simbólica é uma forma de se defender contra a opressão e de manter viva a resistência.

Este último ponto do símbolo – revelar a quem tem olhos para ver – esclarece o nome do livro. “Apocalipse” quer dizer “revelação”. Tirar o véu que esconde. Ensinar ao leitor a não se deixar enganar pelas aparências, mas a descobrir o que existe por trás dos fatos. Por trás dos fatos trava-se a grande batalha entre o bem e o mal, entre justiça e injustiça, entre liberdade e opressão. O livro vai tirar o véu que esconde esta realidade, para que os cristãos tomem parte nesta luta e definam sua posição. A “revelação” deste segredo é envolvida em muito mistério. Ela não se faz de maneira direta, mas através de muitos intermediários. O segredo de Deus sobre as “coisas que devem acontecer muito em breve” (1,1) é comunicado primeiro a Jesus. Jesus o transmite ao seu anjo. O anjo o transmite a João. João o transmite aos servos de Deus que vivem nas sete comunidades da Ásia. As sete comunidades deverão testemunhá-lo ao mundo (cf 1,1-4).

3 – O quadro de referências: as sete comunidades

Para poder perceber todo alcance do apocalipse, não convém esquecer que ele foi dirigido “as sete igrejas que estão na Ásia” (1,4). Quando se diz “Igrejas” entenda-se “Comunidades”. Isto é, comunidade do tipo das que hoje vivem numa situação muito semelhante: perseguidas, contestadas, sofridas, fracas, cheias de problemas e tensões internas, com gente pobre e oprimida, sem gabarito. Uma voz diz: “Escreve o que vês num livro e envia-o às sete Igrejas: a Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatura, Sardes, Filadélfia e Laodicéia” (1,11). Se hoje fosse, seria: “Escreve o que vês num livro e envia-o as sete comunidades: a Cacimba Nova, Serrote Branco, Pitombeira, Uruama, Tacaimbó, Monsuaba, Ariró.” São sete pequenas comunidades, perdidas no mar da vida e no mundo da história, que procuram agüentar firmes, apesar do vento contrário e apesar das próprias fraquezas.

É muito importante levar em conta que o Apocalipse está inserido numa carta bastante carinhosa e muito pessoal a estas sete comunidades.

É só no capítulo 4 que começa o apocalipse propriamente dito, isto é, a releitura da história à luz da fé. Isto faz a gente pensar. João faz teologia não para vender a sua sabedoria a um grande público anônimo, mas como resposta para aquele pessoal humilde e oprimido que vivia a crise da fé nas suas pequenas comunidades. Não é teologia universal e abstrata, mas concreta e encarnada.

4 – Alguns esclarecimentos sobre a composição literária

O apocalipse apresenta muitos problemas literários. O maior deles é a ruptura entre os capítulos 11 e 12. Vamos dar uma opinião pessoal que pode facilitar a leitura e a compreensão.

Devido à precipitação dos fatos, livros escritos em 1960 já não servem em 1979. É que a história avança e os declara superados. O mesmo se deu com o apocalipse. Os capítulos 4-11 representam uma leitura dos fatos feita no tempo da perseguição de Nero (54-68). Leitura bastante teórica, feita por alguém que, como que de fora, lia os fatos e os interpretava. Mas a história se precipitou. Nos anos 81-96, o imperador Domiciano reinicia a perseguição de maneira muito mais sangrenta, insidiosa e agressiva. A síntese dos capítulos 4 e 11 já não bastavam para enfrentar os fatos novos. Pressionado pelos fatos, o autor reelabora e alarga a síntese anterior, para que possa servir na nova situação. O alargamento é feito nos capítulos 12-22 que são como que o segundo volume da mesma obra. O tema básico do primeiro volume (4-11), como veremos, é o Êxodo. O do segundo volume é o julgamento de Deus. Aquele que, nos capítulos 4-11 assistia à luta sentado na arquibancada do céu, agora, nos capítulos 12-22, toma parte na luta que se desenvolve sobre a Terra.

Não vamos entrar nos detalhes desta teoria. Vamos simplesmente percorrer os capítulos 4 até 22 para indicar os pontos que permitem perceber o fio da meada que liga todas as partes numa unidade.

5 – A primeira leitura dos fatos: capítulos 4-11

5.1. – Capítulo 4: A visão do trono, o Autor da história.

Todo o capítulo é feito para transmitir a visão do trono. Tudo tende a acentuar a grandeza daquele que está sentado no trono. Esta visão do trono vai dominar o livro todo, do começo ao fim. É o pano de

fundo, contra o qual se desenrolam os fatos da história que vão ser descritos.

Aquele que está sentado no trono é o Autor da história. Ele preside a todos os fatos. Ele recebe o nome *Aquele que é, que era e que vem* (4,8). No tempo do Novo Testamento esta expressão tripartida era muito usada para lembrar a expressão com que Deus se apresentou ao iniciado a libertação do Egito: “Sou aquele que sou” (Ex 3,14) e que foi abreviada no nome JAVÉ. Assim, ao iniciar a sua última intervenção na história, Deus retoma o Nome sob o qual iniciou a primeira grande libertação do Êxodo. O sentido de “Sou aquele que sou” e, portanto, de JAVÉ, tem dois aspectos básicos:

1 – Afirma a certeza absoluta da presença libertadora de Deus no meio do seu povo oprimido.

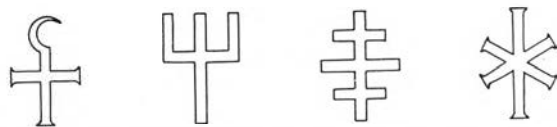
2 – Afirma a impossibilidade radical de o povo instrumentalizar esta presença, em seu próprio proveito.

A primeira prova que Deus deu de que ele é Javé (presença libertadora) foi a libertação do Egito. Deus leva o seu nome a sério. A última prova de que Deus é Javé vai ser dada agora, nos fatos que vão ser descritos nos capítulos que seguem. Desta maneira, o capítulo 4 evoca para o leitor o contexto do Êxodo. Toda aquela carga de fé e de esperança que o nome de Javé e o próprio Êxodo representam para o povo é assim colocada a serviço das pequenas comunidades da Ásia.

5.2 – Capítulo 5: O cordeiro imolado, o executor do Plano de Deus.

O capítulo abre com a visão do livro selado na mão de Deus. (5.1) Este livro simboliza a história. Nele está escrito o que “vai acontecer muito breve” (1,1). Mas não há ninguém para abrir o livro (5,3), isto é, ninguém é capaz de tomar nas mãos o destino da história humana e de realizar a última fase do plano de Deus. Mas, de repente, aparece um “cordeiro, de pé, como que imolado” (5,6). É o momento em que Jesus, trazendo no corpo as chagas da sua Paixão, faz a sua entrada no céu, após a Ressurreição. Estamos, portanto, no ano 33. Jesus venceu (5,5) e, por isso, pode receber o livro e abrir os selos (5,7), isto é, ele pode dirigir a história e executar o plano de Deus.

Não se diz em canto nenhum que o Cordeiro é Jesus, mas a descrição não deixa dúvidas. Ele é imolado e está de pé (5,6), isto é, morreu e ressuscitou. A imagem do Cordeiro sob a qual Jesus é apresentado vem do Êxodo, quando os judeus foram salvos do extermínio graças ao sangue do cordeiro passado nas portas das casas. Em vários lugares do

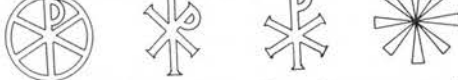


Novo Testamento, a associação é explícita, como se deduz da aclamação ao Cordeiro (5,9.10) onde se fala do resgate e do “reino dos sacerdotes” expressão que vem do livro do Êxodo (Ex 19,6). Tudo isso já permite entrever as grandes linhas, o fio da meada, que vai ligar entre si as várias partes. É o contexto do Êxodo que, aos poucos, começa a ser evocado como sendo realidade presente na vida das comunidades. O apocalipse “tira o véu” e ajuda o povo a perceber esta realidade que está por trás dos fatos.

5.3 – Capítulo 6: O livro dos sete selos, ligar o começo ao fim.

O Cordeiro entra em ação e abre os selos, um depois do outro. Cada selo representa uma etapa do plano de Deus. Não são etapas cronológicas, a serem calculadas em meses, anos, ou séculos. O objetivo é outro. É para mostrar que os fatos se explicam, não por si mesmos, mas pelo fim para o qual contribuem. Ou seja, o autor tira a história da sua aparente neutralidade e a insere na grande luta entre o bem e o mal que envolve tudo e todos.

Este capítulo 6 procura ser a ligação entre o começo e o fim e indica onde se situa o momento presente dentro do plano de Deus. É no quinto selo que se atinge o momento histórico em que João vive e em que as Comunidades crescem. Até hoje estamos no quinto selo! O tempo que resta, mesmo que cronologicamente ainda dure séculos, é apenas “um pouco de tempo” (6,11). É o tempo do sexto selo, que não tem nenhuma referência à história já passada e que é inteiramente composto



de imagens tiradas dos profetas, imagens que não podem ser interpretadas ao pé da letra (6,12-16). As calamidades do sexto selo são tão grandes que provocam uma preocupação até nos que são fiéis a Deus: "Chegou o grande dia de sua ira. Quem poderá ficar de pé?" (6,17).

Com esta descrição, João conseguiu mostrar que a própria perseguição é um sinal da vitória de Jesus, pois é Ele que conduz a história para o seu fim. A perseguição é fase preparatória para a vitória final do bem.

5.4 – Capítulo 7: A ação de Deus para com os eleitos.

O sexto selo foi terrível; como não será o sétimo? Quem vai poder escapar? O pessoal já sofrido das comunidades poderia ficar preocupado. Para eles João suspende a narração. Antes de descrever o sétimo selo que marcará o fim, ele mostra como Deus protege os seus eleitos (7,1-8). Nenhum mal lhes acontecerá, pois serão marcados com o sinal de Deus: são 144.000 marcados; de cada tribo 12.000. O número 1.000 indica perfeição. É a plenitude. Este recenseamento evoca o grande recenseamento feito no deserto, depois que o povo foi libertado do Egito (Num 1,20-43). De novo a evocação do Êxodo.

Surge a pergunta: Diante das calamidades cósmicas, qual será a situação dos eleitos que já morreram? Como Deus os protege? A esta pergunta João responde em seguida (7,9-17), descrevendo a grande multidão que ninguém podia contar (7,9). A descrição deste povo imenso é feita por meio de frases tiradas do livro do profeta Isaías; frases, que, em Isaías, descrevem o retorno dos exilados para a Palestina (7,16-17). De novo a evocação do Êxodo, pois Isaías descreve a volta do exílio como sendo um novo Êxodo.

Portanto, a mensagem que fica é que Deus protege os seus eleitos da mesma maneira como protegia o seu povo quando o libertou do Egito. E para o pessoal das comunidades – não convém esquecer – a libertação do Egito era o máximo em proteção e libertação divinas.

5.5 – Capítulos 8-9: As pragas contra os infiéis.

Depois desta interrupção confortadora do capítulo 7, abre-se o sétimo selo (8,1). Meia hora de silêncio ameaçador que antecede a uma tempestade (8,1). Em seguida aparecem sete anjos com sete trombetas, que representam as sete pragas finais da história e a vitória total do bem sobre o mal (8,2). Segue a descrição das sete primeiras pragas (8,6-9,19).

Ora, basta comparar estas pragas com as do Egito, para a gente se convencer de que a ação de Deus contra os infiéis se assemelha à ação com que ele derrotou os opressores do Egito: 1. granizo; 2. sangue; 3. água amarga; 4. escuridão; 5. gafanhotos. A terceira praga, da água amarga lembra o episódio do deserto, em que Deus transformou água amarga em água doce (cf Êx. 15,23-25). A sexta praga que fala do fogo, fumaça e enxofre lembra o livro da Sabedoria, onde este, comentando as pragas do Egito, diz que Deus poderia ter mandado animais ferozes que haveriam de exterminar os egípcios com o sopro inflamado de fumaça infecta e de enxofre (cf Sab 11,17-19).

Esta comparação fala por si. O que chama a atenção é que, no Apocalipse, diferentemente do que no livro do Êxodo, a destruição provocada pelas seis primeiras pragas nunca é total. Só se destrói uma terça parte (Ap 8,7.8.9.10.11.12; 9,19), ou durante o tempo limitado (9,5.10). Por quê? É que, de acordo com o livro de Sabedoria, as primeiras pragas do Egito foram dadas "conforme medida, quantidade e peso" (Sb 11,20), a fim de "castigar pouco a pouco" (Sb 12,2) e assim dar aos opressores "tempo e ocasião de se poderem converter de sua malícia" (Sb 12,20). Quer dizer que João evocou aqui o contexto do Êxodo através da descrição que dele fez o livro da Sabedoria. É para dizer que Deus agirá com misericórdia, dando tempo e espaço para a conversão mesmo dos opressores.

5.6 – Capítulo 9-11: A praga final, a chegada do Reino de Deus.

O espaço e plenitude dado por Deus aos opressores para nada adiantou. Eles não se converterão (9,20-21). E como no livro da Sabedoria, também aqui, "Cai sobre eles a condenação final" (Sb 12,27). Assim um Anjo grita: "Já não haverá mais tempo" (Apoc 10,6), isto é, acabou-se o espaço da misericórdia que visava à penitência. Agora, será o tempo da justiça final, inexorável. A sétima praga aparecerá ao som da trombeta e marcará o fim. Será a instauração definitiva do reino de Deus (Apoc 11,15). E todo este final se realizará conforme "O anúncio da Boa Nova dado aos seus servos e profetas" (10,7). As profecias às quais João se refere são provavelmente todas as profecias que falaram do tempo Messianico e da instauração do Reino de Deus. De modo particular, ele pensa na "Boa Nova" que foi anunciada em Jerusalém, quando os exilados voltavam pelo deserto para a Cidade Santa, realizando

como que um novo Êxodo. Um se desprende do grupo, correu em frente com a "Boa Nova" e entrou na cidade gritando: "Teu Deus reina" (cf Is 52,7-9). O mesmo anúncio se faz no apocalipse, após o toque da trombeta do sétimo anjo (Apoc 11,15). É de novo o contexto do Êxodo que é evocado, através da descrição que dele fez o profeta Isaías.

No fim, após a instauração do Reino, Deus que está sentado no trono é novamente aclamado e recebe o nome: "Aquele que é e que era" (11,17). Ele não vem mais, porque já veio. Deus realizou o seu Nome e mostrou para sempre que Ele é JAVÉ, presença libertadora no meio do povo.

6 – Conclusões em torno da primeira leitura dos fatos:

Os capítulos 4-11 descrevem a última intervenção de Deus na história, desde a Ressurreição de Jesus até a sua vinda no fim do mundo. Ora, como pudemos ver, todos os pontos-chave desta interpretação divina são apresentados através de imagens e símbolos que evocam o tema do Êxodo: Autor (c. 4), o Executor (c. 5), a proteção dos eleitos (c. 7), o castigo dos maus (c. 8-9), e o objetivo que é formar um reino de sacerdotes e instaurar o Reino de Deus. Uma conclusão se impõe: João apresenta a última intervenção de Deus na história conforme o modelo da primeira intervenção divina na história, realizada por ocasião do Êxodo.

Esta é a primeira leitura que ele faz da história. É isso que ele descobre por trás dos fatos. É esta a mensagem que ele quer comunicar ao pessoal das comunidades que sofrem a perseguição de Nero: "Tudo isto que acontece com vocês é sinal e prova de que estamos envolvidos num novo e definitivo Êxodo, muito maior e mais grandioso do que o primeiro". João cria assim para eles um ambiente de fé, de esperança e de otimismo na luta, fundado naquilo que existe de mais profundo e autêntico na tradição do Velho Testamento. O mesmo Deus JAVÉ que tirou o seu povo do Egito, continua trabalhando a favor do seu povo oprimido para libertá-lo da opressão e da perseguição.

7 – A passagem para o segundo volume (capítulos 12-22)

O tempo foi passando. Chegou a grande perseguição de Domiciano (81-96). A mensagem dos capítulos 4-11, embora verdadeira, era muito genérica e não ajudava suficientemente para enfrentar os fatos novos que estavam ocorrendo. Fazia-se necessária uma nova leitura para poder enfrentar os fatos com mais clareza, a fim de sustentar melhor a fé do pessoal das pequenas comunidades que sofriam uma perseguição brutal.

Diante desta nova situação, João reelabora e alarga a sua primeira síntese. Ele corta a descrição da sétima praga e coloca em seu lugar os capítulos 12-22. Como vimos, as seis primeiras pragas dos capítulos 4-11 eram instrumentos da misericórdia de Deus, a sétima era o instrumento de sua ira e do julgamento.

Não é aqui o lugar para provar toda esta opinião sobre a gênese literária do Apocalipse. Basta comunicá-la para que a gente perceba, como o próprio autor da Bíblia elaborava o seu pensamento a partir da realidade em contínua mudança. Ele queria ser fiel não só a Deus, mas também ao povo das comunidades e à própria realidade.

8 – A segunda leitura dos fatos: capítulos 12 até 22

8.1 – A visão da mulher e do dragão: o passado que gerou o presente.

Para descrever os capítulos 4-11, João se transpôs para o ano 33. Aqui, ele se transpõe para um passado que não fica bem definido: é ao mesmo tempo o início da criação e o início da nova criação, realizada na Ressurreição de Cristo. Ele abre a sua descrição com a dupla visão da mulher e do dragão. A mulher está em dores do parto, querendo dar à luz um menino (12,1-2). O dragão, "a antiga serpente" (12,9), quer devorar o menino, que vai nascer (12,3-4). Esta dupla visão é uma alusão clara à luta, anunciada entre a mulher e a serpente, e entre a descendência da mulher e a da serpente (Gên 3,15). Estamos no início da criação. Em seguida, nasce o menino, a descendência da mulher, e Deus intervevem para que ele seja salvo do dragão e arrebatado ao céu. Estamos no início da nova criação: Jesus que nasce, vive, morre, ressuscita e entra no céu, tomando posse de todo o poder (12,5). É a descrição mais breve da vida de Jesus.

O resultado da entrada de Jesus no céu é o seguinte: o Dragão, Satanás, é vencido e expulso por Miguel e seus anjos, e vai cair sobre a



Terra. Esta vitória é o começo do fim. O resto será consequência dolorosa, pois o dragão, caído sobre a Terra, foi perseguir a mulher que deu a luz àquele menino que causou a sua derrota (12,13).

A mulher é o símbolo de Nossa Senhora, da Igreja, das pequenas comunidades que sofrem a dura perseguição. A perseguição na Terra é prova e sinal da vitória já iniciada. Portanto, em vez de ser motivo de crise e desespero, a perseguição deve ser motivo de alegria e coragem. Além disso, Deus continua protegendo as comunidades (12,14-17).

Com esta leitura dos fatos, João inverte a situação. Embora as aparências digam que as comunidades estejam em desvantagem, a realidade diz que elas estão em vantagem.

8.2 – O dragão e a besta frente ao cordeiro: os dois campos de luta.

No capítulo 12, João descreve o passado que deu origem ao presente. Agora (13,1-14,5) ele vai descrever o presente sob a forma de dois exércitos em luta. De um lado o Dragão que confere o seu poder à Besta, símbolo do império romano que persegue as comunidades (13,1-18). Do outro lado, o Cordeiro com os 144.000 que trazem o sinal de Jesus e do Pai (14,1-5). A história que seguirá, não será outra coisa que a luta entre o Dragão e o Cordeiro, entre os que seguem o Dragão e os que seguem o Cordeiro. E é nesta luta que se realizará a justiça e o julgamento de Deus sobre a história humana. Convém olhar de perto os dois exércitos.

No capítulo 13, se fala de uma besta que sai do mar. Uma das cabeças foi mortalmente ferida, mas foi curada (13,3). É uma alusão à lenda popular que dizia que Nero tinha ressuscitado ou reencarnado no Imperador Domiciano que estava perseguindo as comunidades. É também uma alusão ao culto divino que se prestava aos imperadores. Diz, então, que a Besta adora o Dragão e que o Dragão lhe entrega toda a sua autoridade e poder (13,2). A Besta é apresentada como caricatura de Deus e de Jesus, o Cordeiro. No capítulo 13 fica bem clara a incompatibilidade entre a fé em Deus e a submissão ao Imperador Romano. Que se trata do Imperador Romano é dito no fim do capítulo: “Aqui é preciso discernimento. Quem é inteligente é capaz de calcular o número da besta, pois é o número de um homem: seu número é 666” (13,18). Fazendo o cálculo usando as letras hebraicas dá CESAR NERON. Fazendo o cálculo usando letras gregas dá CESAR DEUS.

O exército que vai combater a Besta é liderado pelo Cordeiro. Este exército canta um “cântico novo” (14,3) o que lembra os judeus passando pelo Mar Vermelho, cantando o cântico novo, entoado por Miriam, irmã de Moisés (cf. Ex 15,21).

Este é o presente. É situação de luta que nunca terá um tratado de paz. João não minimiza os fatos. Pelo contrário, revela sua mais profunda dimensão. Faz saber às comunidades que elas não devem esperar por uma trégua, mas que se preparem para uma luta sem fim, contra o mal, encarnado no Império Romano.

8.3 – O anúncio do tríplice julgamento: o futuro que chega.

Depois que descreveu o passado e o presente gerado pelo passado, João passa a descrever o futuro que começa com o tríplice anúncio do julgamento de Deus (14,6-12):

1 – Um primeiro anjo anuncia que chegou a hora do julgamento (14,6-7).

2 – Um segundo anjo anuncia a queda da grande Babilônia, imagem do Império Romano (14,8).

3 – Um terceiro anjo anuncia a derrota final dos adoradores da Besta (14,9-11).

Estes três anúncios dão as três grandes divisões do resto do livro: 1 – A hora do julgamento, anunciada pelo primeiro anjo, começa a realizar-se e é descrita desde 14,14 até 16,21. Nesta descrição voltam muitos elementos dos capítulos 4 até 11. O conjunto todo está cheio de imagens e símbolos tirados do Antigo Testamento. É o julgamento de Deus que se realiza através da história.

2 – A queda da Babilônia, anunciada pelo segundo anjo, começa a ser escrita em 17,1 e vai até 19,10. Babilônia, a grande prostituta (17,1) é a cidade de Roma que persegue os cristãos, sede do Império Romano. Não é dito claramente que é Roma, mas a descrição não deixa dúvidas: ela é construída em cima de sete colinas (17,9). Esta cidade-prostituta faz contrapeso com a cidade-noiva que é a Nova Jerusalém dos capítulos 21,22.

3 – A derrota final dos adoradores da Besta e do Dragão, anunciada pelo terceiro anjo, começa a ser descrita em 19,11 e vai até 20,15. A derrota é total mesmo! O próprio diabo que está na origem de tudo,

vai ser lançado no lago de fogo e enxofre (20,10). É nesta parte que se fala do reino dos 1.000 anos (20,4). O significado mais provável, é o seguinte: após a perseguição sangrenta, haverá um período de relativa tranquilidade. É o tempo da Igreja aqui na Terra. Dura 1.000 anos, isto é, terá a duração completa que Deus lhe concederá.

8.4 – A Nova Jerusalém: o futuro que finalmente chegou.

Terminado o julgamento de Deus sobre os que praticam o mal, que adoram a besta e que perseguem as comunidades, aparece o fim o qual tudo tinha sido encaminhado desde o começo. Do céu desce a Nova Jerusalém (21,1) cuja descrição se prolonga por dois capítulos.

Toda esta descrição é feita com as imagens mais bonitas do Antigo Testamento. Ela é o símbolo do domínio total de Deus sobre as coisas. É o domínio feito não pelo poder que esmaga e mata, mas pelo amor que ressuscita e liberta. Faz o mundo ficar novo: “Eis que faço novas todas as coisas” (21,5). É a nova criação que finalmente chegou: novo céu, nova terra, Deus será a luz, a lâmpada, sem noite, sem luto, sem morte, sem choro, sem grito, sem maldição, sem lágrimas. “Passou-se o que era velho” (21,4).

9 – Algumas conclusões finais

1 – João tomou partido bem claro a favor das pequenas comunidades oprimidas e contra o Império Romano que as perseguia; colocando-se do lado dos perseguidos e oprimidos, pôde ler os fatos da história com um novo olhar que lhe permitiu revelar o plano de Deus que favorece os pequenos. Desta maneira, deu às comunidades uma grande injeção de coragem e animou a sua fé.

2 – João teve a coragem de ler e interpretar os grandes acontecimentos da história e do mundo daquele tempo à luz da sua Fé. E isso, humanamente falando, era muita pretensão. Quem eram os cristãos, para eles poderem fazer uma leitura tão abrangente da história? Eram um minúsculo grupo de gente sem expressão alguma no coro nas nações! De onde eles tiravam a força e a coragem para desafiar, assim, os poderosos? Não só de uma simples análise da realidade. Isto não teria sido o suficiente para animar as comunidades e poderia ser contestado pelos outros, com outros tantos argumentos. Eles tiravam a coragem da certeza absoluta de que Deus estava com eles. Esta certeza da fé os fez fazer cara-dura contra o Império Romano e agüentar firme as perseguições. E não só. Esta certeza fez a inteligência funcionar e descobrir os argumentos contrários ao sistema existente, fez ainda com que tomassem atitudes políticas e que elaborassem uma estratégia de ação como o mostra, também, o livro do Apocalipse. A raiz escondida da sua ação, porém, não nascia “da carne nem do sangue” (Jo 1,13), mas da vontade de Deus.

1 – Na primeira leitura dos fatos (4 a 11), a dimensão política da fé quase não aparece e está implícita na descrição. Na segunda leitura (12 até 22) a dimensão política da fé é clara e manifesta. João dá o nome aos bois, embora de maneira disfarçada. O mal, contra o qual o cristão deve lutar não existe solto no ar, mas existe encarnado na estrutura política, social e religiosa do Império Romano e que tem a seu favor todo o aparelho da propaganda do Estado, como o mostra bem claramente o capítulo 13. João chegou a esta conclusão, não através de raciocínios teóricos, mas através da dolorosa experiência dos fatos, vividos pelos cristãos das pequenas comunidades.

2 – Hoje, ao que tudo indica, a Igreja está num processo muito semelhante. Ela, por assim dizer, está por ora na fase da primeira leitura dos fatos, leitura teórica, mas já crítica e contestadora. Se a Igreja for fiel a Deus e ao Povo, os fatos irão obrigá-la a passar para a segunda leitura que é mais concreta e mais política. Por outro lado, não adianta forçar esta passagem para a segunda leitura. Pois, ela só será verdadeira e autêntica, quando for fruto da pressão dos fatos sobre a consciência fiel dos cristãos. De fato, esta pressão está existindo hoje em dia e ela já está provocando em muitos a passagem para a segunda leitura. Do contrário, uma passagem apressada poderá produzir saduceus ou zelotes. Nenhum dos dois contribuiu para a libertação do povo, nem para o crescimento da fé. Ambos separam a fé da vida, uns pela secularização total da mesma, outros pela sua nacionalização, e entram num beco sem saída para o futuro. Os saduceus acabaram junto com o Imperador Romano no qual se apoiavam. Os zelotes cometeram suicídio coletivo no Monte Massada, no ano 72, para não caírem vivos nas mãos dos romanos. Ambos tiveram mais fé nos seus próprios interesses, no seu próprio poder, e nas suas próprias idéias sobre Deus e sobre o povo, do que em Deus e no povo.



Igrejas apóiam anistia

“assumimos. . .

Quarenta e dois religiosos – entre bispos, padres, reverendos, freis, representando as Igrejas Católica, Metodista, Presbiteriana, Episcopal, Luterana e Batista, além de outras, resolveram lançar manifesto, fundamentados no Evangelho de Jesus Cristo, pedindo que o Congresso Nacional transforme o projeto de governo de anistia restrita em ampla, total e irrestrita. Afirmam os religiosos, ao reclamar a anistia irrestrita, que “assumimos, de acordo com o imperativo cristão, toda dor e sofrimento daqueles que lutam pela liberdade, sem nos considerarmos inflexíveis julgadores de suas ações”

O MANIFESTO RELIGIOSO

É o seguinte o manifesto ontem divulgado sob o título “Os cristãos e a luta pela anistia”:

“No atual momento da realidade brasileira, onde se declara que há uma busca de caminhos para a construção de uma sociedade democrática e justa, onde a problemática da anistia aparece como um dos elementos fundamentais, nós, cristãos de diversas Igrejas, fundamentados no Evangelho de Jesus Cristo, comprometidos com sua opção pelos pobres e oprimidos, juntamos nossas vozes aos diversos segmentos da sociedade brasileira, afirmando que:

1º) lutamos e apoiamos uma anistia que seja ampla, geral e irrestrita, dentro de um espírito de grandeza e de profundo alcance político, reintegrando plenamente todos sem discriminação à sociedade brasileira;

2º) reconhecemos que a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita é parte de uma luta maior pelo pleno estabelecimento da democracia em nosso país, inclusive a extinção de todos os instrumentos e órgãos que têm sido usados para reprimir violentamente os legítimos reclamos da sociedade brasileira, especialmente dos setores populares, excluídos sistematicamente do processo de decisão e desenvolvimento nacional;

3º) compreendemos a dor e os esforços que estão sendo feitos por aqueles que não foram atingidos pelo projeto de anistia enviado pelo Executivo ao Congresso, assim como pelos seus familiares e amplos setores da sociedade;

4º) esperamos que o Congresso Nacional, ouvindo o incontestável clamor da nação brasileira e usando do seu pleno direito, transforme o projeto da anistia num ato amplo e condizente com as aspirações de toda a sociedade;

5º) assumimos, de acordo com o imperativo cristão, toda a dor e sofrimento daqueles que lutam pela sua liberdade, sem nos considerarmos inflexíveis julgadores de suas ações, e nesse espírito renovamos nossa esperança de que esses sentimentos possam tornar-se brevemente uma realidade.”

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1979.

D. Angélico Sândalo Bernardino – Bispo Auxiliar de São Paulo – SP; D. Mauro Morelli – Bispo Auxiliar de São Paulo – SP; D. Vital Wilderink – Bispo Auxiliar de Volta Redonda – RJ; D. Adriano Hipólito – Bispo de Nova Iguaçu – RJ; Bispo Paulo Ayres Mattos – Bispo da Igreja Metodista – RJ; Rev. Jaime Wright – Pastor Presbiteriano; Rev. Jaci C. Maraschin – Igreja Episcopal do Brasil; Prof. Jether Pereira Ramalho – Igreja Congregacional. Secretário

Geral do CEDI; Rev. Domício Pereira de Mattos – Pastor Presbiteriano, Secretário de Ação Social do Sínodo Guanabara, Vice-Presidente do PRNT; Pe. Jan de Nijs – Igreja Católica; Pe. Pedro Geurts – Igreja Católica; Pe. Edwin Budiman – Igreja Católica; Pe. Constâncio Milanes – Igreja Católica; Pe. Tommaso Pfetottamanzi – Igreja Católica; Pe. Rafael Scarfo – Igreja Católica; Frei José de Rezende Ribeiro op. – Igreja Católica; Frei Sérgio Calixto Valverde op. – Igreja Católica; Rev. Luís Boaventura – Pastor do Presbitério de São Paulo e Presidente da Aliança de Igrejas Reformadas do Brasil; Rev. Luiz Carlos Garlipp – Pastor Luterano; Rev. Mozart João de Noronha Melo – Pastor Presbiteriano (Igreja Evangélica de Portugal) e Pastor da Igreja Cristã de São Paulo da Aliança de Igrejas Reformadas do Brasil; Frei Romeu Dale op. – Igreja Católica; Rev. Sérgio Paulo da Silva – Igreja Cristã de São Paulo da Aliança de Igrejas Reformadas do Brasil; Pe. José Torres Palma – Igreja Católica; Rev. Jonas N. Rezende – Pastor da Igreja Cristã da Aliança de Igrejas Reformadas do Brasil; Rev. Josué de Oliveira – Pastor Presbiteriano; Pe. Eliseu Lopes – Igreja Católica; Frei Carlos Mesters – Igreja Católica; Frei Paulo César Loureiro Bottas op. – Igreja Católica; Rev. Paulo Schütz – Pastor Metodista; Rev. Hécio da Silva Lessa – Pastor Batista; Rev. Carlos Alberto Correia da Cunha – Pastor Presbiteriano; Rev. Zwinglio Mota Dias – Pastor Presbiteriano; Rev. Filipe de Mesquita – Pastor Metodista; Rev. Aérton Tavares de Azevedo – Pastor Metodista; Rev. Rui de S. Josgrillberg – Pastor Metodista; Irmã Cecília Giacomolli – Igreja Católica; Frei Luiz Thomaz – Igreja Católica; Pe. João Manoel Lima Mira, s.j. – Igreja Católica; Pe. João Fitzpatrick – Igreja Católica; Pe. André Decock – Igreja Católica; Frei Luís Bordin – Igreja Católica e Pe. Jaime Meagher – Igreja Católica.